

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Fernanda Cassol Silveira

**A AGÊNCIA DAS MULHERES EM MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES  
UNIDAS: ESTUDO APLICADO À MONUC/MONUSCO**

Santa Maria, RS

2019

**Fernanda Cassol Silveira**

**A AGÊNCIA DAS MULHERES EM MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS:  
ESTUDO APLICADO À MONUC/MONUSCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,  
RS) como requisito parcial para a obtenção do  
grau de **Bacharela em Relações Internacionais**.

Orientador: Prof. Dr. Igor Castellano da Silva

Santa Maria, RS

2019

**Fernanda Cassol Silveira**

**A AGÊNCIA DAS MULHERES EM MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS:  
ESTUDO APLICADO À MONUC/MONUSCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,  
RS) como requisito parcial para a obtenção do  
grau de **Bacharela em Relações Internacionais**.

**Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019:**

---

**Igor Castellano Da Silva, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Joséli Fiorin Gomes, Dra. (UFSM)**

---

**Thomaz Francisco Silveira de Araújo Santos, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS

2019

## **DEDICATÓRIA**

*Em memória de meu amado Alfredo Nilo Cassol, meu avô e pai, cujo legado persiste em meu coração e me move todos os dias a ser minha melhor versão como ser humano para mim, para os demais e para o mundo. Dedico a minha estrela guia Bianca Cassol, a minha mãe Jaqueline Cassol e avó Hedda Cassol por me darem asas para voar, sonhar e realizar.*

## AGRADECIMENTOS

Para iniciar, agradeço a República Democrática do Brasil por possibilitar a mim e a milhões de brasileiros o ensino público, o qual me permitiu acesso a educação no ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Além disso, agradeço o privilégio e a oportunidade de ter estudado na Universidade Federal de Santa Maria.

Não obstante, agradeço ao curso de Relações Internacionais por ter feito parte de minha formação acadêmica e, por ter me possibilitado inúmeras oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal. Os anos que estudei na UFSM contribuíram para minha formação como uma cidadã crítica e humana do mundo, por isso, sempre irei guardar sentimentos e lembranças boas em meu coração dessa experiência.

Por conseguinte, agradeço a meu professor e orientador Igor Castellano da Silva pelo suporte e ajuda na construção desse trabalho. Com toda certeza, as inúmeras ideias e o bom humor nas reuniões me ajudaram a desenvolver com muito amor e energia esse estudo. Também agradeço a todos meus professores, especialmente, Danielle Jacon Ayres, Thomaz Silveira Santos, Sibele Vasconcelos de Oliveira, Ravele Bueno Goularte, Mariana Selister Gomes e Arthur Coelho Dornelles Júnior. Todos vocês iluminaram e expandiram meu conhecimento, assim como transmitiram sua sabedoria sobre a vida e o mundo.

Para finalizar, agradeço fortemente a minha família Cassol por todo o apoio e ajuda durante minha vida, especialmente, minha mãe Jaqueline, minha irmã Bianca, minha avó Hedda e meu avô Alfredo. Também agradeço às minhas amigas e amigos que sempre estiveram ao meu lado e compartilharam muitos momentos bons e significativos em minha trajetória.

## RESUMO

### **A AGÊNCIA DAS MULHERES EM MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: ESTUDO APLICADO À MONUC/MONUSCO**

AUTOR: Fernanda Cassol Silveira  
ORIENTADOR: Igor Castellano da Silva

A ascensão de conflitos intra-estatais e guerras civis no mundo, após a Segunda Guerra Mundial, trouxe à tona a problemática de que alguns Estados não possuem mecanismos autossuficientes para acabar ou mesmo reduzir essas mazelas internas. As Nações Unidas iniciaram as missões de paz nas regiões mais afetadas, principalmente, nos Estados africanos. Nesse mesmo cenário, surge a necessidade de inserir as mulheres nesses mecanismos de paz, por meio da representatividade na gestão e proteção a mulheres, devido uma demanda internacional por igualdade de gênero. O presente trabalho tem por objetivo analisar como as missões de paz da ONU, especialmente a missão MONUC/MONUSCO, articulam suas políticas internas na República Democrática do Congo garantindo a participação/agência de mulheres no corpo da missão, e também o impacto que essas missões causam a mulheres locais. A hipótese adotada é de que as mulheres possuem pouco espaço de agência em missões de paz não apenas quando impactadas pela missão localmente (assédio e exploração), mas também na sua participação na gestão dessas missões, devido aos limites de sua atuação e masculinização dessas mulheres com a adoção de comportamentos e hábitos para fazer parte da missão. O estudo justifica-se por contribuir para o entendimento do impacto dessas missões de paz para as mulheres locais que vivem nas zonas de pacificação e a efetividade da participação das mulheres nos efetivos operacionais, além de incentivar a problematização e a criação de estudos sobre a temática das mulheres e do gênero em segurança internacional. Para tanto, propõe- se a realização de um estudo com abordagem hipotético-dedutivo, procedimento de estudo de caso com comparações internas, e técnica de pesquisa bibliográfica e documental. O estudo conclui que o espaço de agência das mulheres nas missões de paz, tanto as locais como as gestoras, é limitado devido a existência de uma estrutura tradicional patriarcal marcada pela histórica hegemonia masculina.

**Palavras-Chave:** Mulheres; missões de paz; MONUC/MONUSCO; participação; impacto.

## ABSTRACT

### THE AGENCY OF WOMEN IN PEACE MISSIONS OF UNITED NATIONS: STUDY APPLIED TO MONUC/MONUSCO

AUTHOR: Fernanda Cassol Silveira  
ADVISOR: Igor Castellano da Silva

The rise of intra-state conflicts and civil wars in the world, after the World War II, brought to light the problem that some states do not have self-sufficient mechanisms to end or even reduce these internal ills. The United Nations, began the peacekeeping missions in the most affected regions, especially in the African states. In this same scenario, there is a need to include women in these peace mechanisms through representation in the management and protection of women, due to an international demand for gender equality. This paper aims to analyze how UN peace missions, especially the MONUC/MONUSCO mission, articulate their internal policies in the Democratic Republic of Congo ensuring the participation/agency of women in the mission corps, and also the impact these missions cause to local women. The hypothesis adopted is that women have little agency space in peace missions not only when impacted by the mission locally (harassment and exploitation), but also in their participation in the management of these missions due to the limits of their role and masculinization of these women with the adoption of behaviors and habits to be part of the mission. The study is justified for contributing to the understanding of the impact of these peacekeeping missions to local women that living in pacification zones and the effectiveness of women's participation in operational staff, as well as encouraging the questioning and the creation of studies about women and gender in international security theme. For this purpose, it is proposed to conduct a study with hypothetical-deductive approach, procedure of case study with internal comparisons, and bibliographic and documentary research technique. The study concluded that the women agency space in peace missions, as much as the locals as the managers, is limited by the existence of a traditional patriarchal framework marked by the historical male hegemony.

**Keywords:** Women; peace missions; MONUC/MONUSCO; participation; impact.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção de Mulheres em efetivo militar nas missões de paz da ONU (2006-2013).....	31
Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano na RDC (1990-2017).....	39
Gráfico 3 - Produto Interno Bruto na RDC (1965-2018).....	40
Gráfico 4 - Índice de GINI na RDC (1965-2018).....	41
Gráfico 5 - Missões de paz da ONU: Efetivo total (2006-2019).....	55
Gráfico 6 - Missões de paz da ONU: Efetivo por setor (2006-2019).....	56
Gráfico 7 - Missões de paz da ONU: Efetivo por função (2006-2019).....	57
Gráfico 8 - Missões de paz da ONU: Efetivo mulheres por função (2006-2019).....	57
Gráfico 9 - MONUSCO: Efetivo total (2006-2019).....	58
Gráfico 10 - MONUSCO: Efetivo por setor (2006-2019).....	59
Gráfico 11 - MONUSCO: Efetivo por função (2006-2019).....	59
Gráfico 12 - MONUSCO: Efetivo mulheres por função (2006-2019).....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BBC - *British Broadcasting Corporation* | *Corporação de Telecomunicação Britânica*  
CEDAW - *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women* | *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres das Nações Unidas*  
CIA - *Central Intelligence Agency* | *Agência Internacional de Inteligência*  
COOPI - *Cooperazione Internazionale* | *Cooperação Internacional*  
CSNU - *Conselho de Segurança das Nações Unidas*  
DFS - *Department of Field Support* | *Departamento da Área de Suporte*  
DPKO - *Department of Peace Operations* | *Departamento de Operações de Manutenção da Paz*  
EUA - *Estados Unidos da América*  
FDLR - *Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda*  
FPU - *Formed Police Unit* | *Unidade Policial Formada*  
GNWP - *Global Network of Women Peacebuilders* | *Rede Global de Mulheres Construtoras da Paz*  
HIV - *Vírus da Imunodeficiência Humana*  
HOLD DRC - *Humanitarian Organization for Lasting Development in Democratic Republic of the Congo* | *Organização Humanitária para o Desenvolvimento Duradouro na República Democrática do Congo*  
HRW - *Human Rights Watch* | *Observação dos Direitos Humanos*  
ICG - *International Crisis Group* | *Grupo Internacional de Crises*  
IDH - *Índice de Desenvolvimento Humano*  
IPEA - *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*  
IPO - *Individual Police Officer* | *Administrativo Policial Individual*  
INSTRAW - *International Research and Training Institute for the Advancement of Women* | *Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação para o Progresso da Mulher*  
ISS - *International Institute of Social Studies* | *Instituto Internacional de Estudos Sociais*  
MONUC - *Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo*  
MONUSCO - *Missão Estabilizadora das Nações Unidas na República Democrática do Congo*  
ODM - *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*  
OI - *Organização Internacional*  
OIOS - *Office of Internal Oversight Services* | *Escritório de Serviços de Fiscalização Interna*  
OIT - *Organização Internacional do Trabalho*  
ONG - *Organização Não-Governamental*  
ONU - *Organização das Nações Unidas*  
PIB - *Produto Interno Bruto*  
PNUD - *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*  
PRIO - *Peace Research Institute Oslo* | *Instituto de Pesquisa da Paz de Oslo*  
RDC - *República Democrática do Congo*  
REAFECOM - *Rede para o Empoderamento das Mulheres nas Comunidades Mineiras*  
SADC - *Southern African Development Community* | *Comunidade de Desenvolvimento da África Austral*  
SIDA - *Swedish International Development Cooperation Agency* | *Agência de Cooperação e Desenvolvimento Internacional na Suécia*  
SPLM/A - *Movimento Popular de Libertação do Sudão*

TRÓCAIRE - *Development Agency of the Catholic Church in Ireland* | *Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica na Irlanda*

UNFPA - *Fundo da População das Nações Unidas*

UNOCI - *Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim*

UNTSO - *Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas*

URSS - *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.</b>	<b>SEGURANÇA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA, GÊNERO E MISSÕES DE PAZ .....</b>	<b>22</b>
2.1.	SEGURANÇA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA.....	22
2.2.	GÊNERO E SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	26
2.3.	GÊNERO E MISSÕES DE PAZ.....	30
2.4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	35
<b>3.</b>	<b>IMPACTO POSITIVO E NEGATIVO DA MISSÃO, E ESPAÇO DE AGÊNCIA DAS MULHERES LOCAIS.....</b>	<b>37</b>
3.1.	IMPACTO POSITIVO DA MISSÃO PARA MULHERES LOCAIS.....	37
3.2.	IMPACTO NEGATIVO DA MISSÃO PARA MULHERES LOCAIS.....	42
3.3.	ESPAÇO DE AGÊNCIA DAS MULHERES LOCAIS.....	47
3.4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	51
<b>4.</b>	<b>IMPACTO POSITIVO E NEGATIVO DA MISSÃO, E ESPAÇO DE AGÊNCIA DAS MULHERES GESTORAS.....</b>	<b>53</b>
4.1.	IMPACTO POSITIVO DA MISSÃO PARA MULHERES GESTORAS.....	53
4.2.	IMPACTO NEGATIVO DA MISSÃO PARA MULHERES GESTORAS.....	60
4.3.	ESPAÇO DE AGÊNCIA DAS MULHERES GESTORAS.....	62
4.4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	66
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>67</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>72</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a fundação das Nações Unidas (ONU), as discussões estatais sobre segurança se intensificaram sobre conflitos internos e guerras civis espalhadas pelo globo (VAZQUEZ, 2007, p. 38). O foco dessas discussões permeou sobre os conflitos em países emergentes e em desenvolvimento. Segundo Mohammed Ayoob (1995), a segurança está interligada ao processo de formação de cada Estado, logo, os Estados em desenvolvimento possuem essa característica afetada internamente, pois ainda estão em processo de formação. Portanto, esses países possuem em suas raízes um nível de vulnerabilidade maior, Ayoob explicou:

Essas raízes incluem a falta de legitimidade incondicional para fronteiras, instituições e regimes estatais; coesão social inadequada; e a ausência de consenso da sociedade em questões fundamentais sobre organização social, econômica e política. Esses problemas geralmente surgem durante os estágios iniciais da construção do Estado, quando estadistas tentam impor ordem, monopolizar instrumentos de violência e exigir a lealdade exclusiva de suas populações. (AYOOB, 1995, p. 28, tradução nossa)<sup>1</sup>

Nesse contexto, a ONU estabeleceu as missões de paz com o objetivo de pacificar as regiões mais afetadas. Em primeiro momento, essas missões possuíam legitimidade de atuação exclusivamente militar objetivando acabar com as guerras nos territórios afetados. Após o período da Guerra Fria, além da intervenção militar, as missões começaram a abranger sistemas de reconstrução e ajuda na formação política e econômica dos países. A ONU percebeu que as resoluções pacificadoras vão além das capacidades militares para deter os conflitos internos, pois existem mazelas mais profundas dentro das sociedades que afetam a política, a economia, a religião e a própria cultura.

Por conseguinte, nesse contexto de subdesenvolvimento, os países que mais sofrem com essas problemáticas são os Estados africanos. Esses Estados, geralmente, possuem em sua formação histórica e constitucional estruturas institucionais políticas e econômicas incipientes e carência na manutenção de direitos civis. Segundo Igor Castellano (2019), os conflitos africanos são extremamente complexos e, possuem, geralmente, como causa algumas variáveis. A primeira variável trata sobre fatores sociais atrelados a relações

---

<sup>1</sup>No original: “These roots include the lack of unconditional legitimacy for state boundaries, state institutions, and regimes; inadequate societal cohesion; and the absence of societal consensus on fundamental issues of social, economic, and political organization. These problems typically arise during the early stages of state building, when state makers attempt to impose order, monopolize instruments of violence, and demand the exclusive loyalties of their populations.”

complexas de etnia e conflitos armados, ao precário senso de identidade e pertencimento nacional e, as desigualdades civis e políticas. A segunda variável trata sobre economia e questões de desenvolvimento no continente relacionadas ao ambiente de escassez de recursos e pobreza aguda. A terceira variável retrata os fatores políticos, segundo o autor:

Governos compostos por círculos fechados de elites são marcados (i) pelo patrimonialismo como uma forma de sustentar o poder; (ii) pelo recurso ao apelo para unificar ideologias (africanismo, neocolonialismo, socialismo); e (iii) a obsessão pela permanência no poder (segurança do regime) em detrimento do fortalecimento institucional. (CASTELLANO, 2019, p. 165, tradução nossa)<sup>2</sup>

A nova agenda internacional, aqui entendida como as temáticas principais discutidas entre os Estados, se caracteriza “pela mudança contínua... decorrência da própria natureza do meio internacional, composto de atores em contínua transformação, e também altamente sensível a mudanças nos padrões econômicos e sociais” (SATO, 2000, p. 138). Com as diversas demandas apresentadas pela sociedade civil frente ao Estado, se iniciaram as discussões sobre o papel da mulher e os debates sobre gênero na esfera internacional, principalmente, no âmbito da ONU. O grande questionamento se relacionou a premissas de desigualdade de gênero e de direitos humanos entre mulheres e homens dentro dos Estados e da própria ONU. Nesse contexto, o papel das mulheres nos mecanismos de manutenção da paz acabou ganhando mais destaque ao longo dos anos, devido às pressões impostas por essas e, também pela própria necessidade global de inserção e proteção da mulher.

O presente trabalho busca analisar as missões de paz sob o viés dos direitos das mulheres, pois pretende contribuir para um estudo sobre a agência das mulheres nas missões de paz, e comparativo sobre a atuação das mulheres gestoras (participação e construção da missão) e mulheres locais (impactadas pela missão). Serão analisadas temáticas tais como a evolução da segurança internacional, as discussões de gênero na segurança internacional, e as discussões de gênero no âmbito das missões de paz com enfoque na participação das mulheres no corpo das missões e o impacto que essas missões causam para as mulheres locais. Portanto, o estudo busca entender como são tratadas as questões de gênero e do papel da mulher em segurança internacional e missões de paz, e compreender a agência que as mulheres possuem nas missões, nesse caso na ONU, por meio do estudo de caso na MONUC/MONUSCO.

---

<sup>2</sup>No original: “Governments composed of closed circles of elites are marked (i) by patrimonialism as a way of sustaining power; (ii) by the use of appeal to unify ideologies (Africanism, neo-colonialism, socialism); and, (iii) the obsession with permanence in power (security of the regime) to the detriment of institutional strengthening.”

Esse estudo **se justifica** sobre a temática das mulheres e do gênero na segurança internacional, além de contribuir para o ineditismo do trabalho analisando a relação sujeito (mulheres gestoras) e objeto (mulheres impactadas localmente), e como essa impacta o espaço de agência dessas mulheres. Portanto, são temas ainda escassos na academia, devido estruturas curriculares tradicionais que não incluem a discussão feminista em suas análises. Logo, se percebe a falta de discussões e produções teórico- acadêmicas na própria pesquisa como no incentivo ao estudo em salas de aula. A renovação nas disciplinas de Ciências Sociais e Relações Internacionais por meio das temáticas de gênero busca suprir essa demanda por discussões onde a análise do papel da mulher é central, por exemplo, na segurança internacional.

É possível perceber, por meio de estudos, relatórios e pesquisas, que nesses meios de segurança internacional e manutenção da paz, as mulheres não possuem tanto poder de atuação refletindo uma dinâmica desigual. Essa desigualdade também pode ser observada no interior dos próprios exércitos nacionais dos Estados os quais também possuem um reduzido efetivo feminino em suas frentes militares. Concomitantemente com o aumento da atuação da ONU em missões de paz e seus peacekeepers<sup>3</sup>, houve o aumento da discussão da participação das mulheres nessas operações. Com o aumento das reivindicações por papéis igualitários as mulheres acabaram ganhando mais espaço no corpo institucional das missões e certa abertura para discussões de gênero nessas relações (REBELO, 2013, p. 818).

Muitos estudos retratam a evolução do papel da mulher nas dinâmicas de segurança internacional, assim como, tratados que buscam garantir a ordem e direitos humanos, como direitos à proteção e à participação de mulheres nas missões. Cynthia Enloe (1989), Ann Tickner (1992), Tamya Rebelo (2013), Sandra Whitworth (2008), Wenona Giles (2004), Sabrina Karim e Kyle Beardsley (2017), Amanda Murdie e David Davis (2010), e relatórios e resoluções da ONU discutem essa evolução. Todavia, existem poucos estudos sobre o real impacto dessas missões de paz para as mulheres. Seja para a população feminina local que vive nas zonas de pacificação, seja para a própria efetividade da participação das mulheres no corpo da missão.

A maioria dos estudos se direciona a temas das missões de paz como mecanismo de segurança internacional, suas contribuições para a sociedade local e mundial. Além disso,

---

<sup>3</sup>Peacekeeper: Aqui entendido como qualquer pessoa que atua em mecanismos de paz, sendo eles: peacekeeping (manutenção da paz), peacemaking (restabelecimento da paz), peacebuilding (reconstrução da paz) e peace enforcement (consolidação da paz).

discutem o objetivo da missão que irá ocorrer, ou seja, será caráter de manutenção, reconstrução, restabelecimento ou consolidação da paz. Autores como Marco Cepik (2010), Barry Buzan e Lene Hansen (2009), Paul Williams (2008), Gunther Rudzit (2005) discutem sobre essa segurança internacional. Entretanto, a maioria desses estudos não visa estudar a real agência da mulher ou mesmo seu papel na construção e atuação das missões de paz e na segurança internacional deixando uma lacuna cerca desse conhecimento.

Nesse sentido, o presente trabalho busca preencher essa lacuna compreendendo como essas missões de paz realmente se relacionam com as questões de gênero e das mulheres. Além de fazer um comparativo entre os papéis de agência das mulheres gestoras e mulheres locais no que diz respeito ao impacto e a participação nas missões. A importância do estudo apresentado está em incentivar a problematização e a criação de estudos sobre a temática das mulheres e do gênero na segurança internacional, temas escassos na academia devido a falta de discussões e produções teórico-acadêmicas na própria pesquisa e no incentivo aos estudos em salas de aula.

**O problema de pesquisa** deste estudo questiona, portanto, *qual é o espaço de agência das mulheres em missões de paz, tanto na posição de sujeitos (gestão da missão) quanto na de objetos (mulheres impactadas localmente) e o que explica esta condição*. Busca-se avaliar a **hipótese** de que o espaço de agência das mulheres possui limites em missões de paz, tanto no papel de objeto, impactadas pela missão localmente (assédio e exploração), como de sujeito na gestão dessas missões (limites na atuação e masculinização). Esta condição pode ser explicada pela estrutura patriarcal presente na gestão e execução das missões de paz por organizações internacionais, como a ONU.

O presente trabalho busca analisar as missões de paz da ONU, especialmente a MONUC/MONUSCO, na República Democrática do Congo, instaurada em 30 de novembro de 1999 e atuante até os dias de hoje. A escolha da missão se deve ao fato de ser uma das maiores missões de paz da ONU atuantes e, que, apresenta inúmeras consequências negativas para as mulheres. O Congo é um país localizado na África Central tendo como capital a cidade de Kinshasa, e possui uma população de quase 87 milhões de habitantes com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>4</sup> equivalente a 0,435<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida para avaliar o progresso de um país por meio de três principais fatores: renda, educação e saúde.

<sup>5</sup>IDH: Índice de Desenvolvimento Humano, quanto mais próximo de 1 maior será seu desenvolvimento e qualidade de vida.

Assim, o **objetivo principal** é compreender a agência das mulheres em missões de paz das Nações Unidas por meio do estudo de caso da MONUC/MONUSCO. Como **objetivos específicos**, tem-se i) revisar a literatura sobre gênero e segurança internacional identificando o papel das missões de paz e a relação destas com as questões de gênero; ii) avaliar o impacto das missões de paz da ONU nas mulheres locais, caso MONUC/MONUSCO, e identificar seu grau de agência nesse ambiente; iii) avaliar a participação das mulheres gestoras em missões de paz da ONU, caso MONUC/MONUSCO, e identificar seu grau de agência nesse ambiente.

O debate proposto pelo presente trabalho e a **produção científica sobre o tema** encontra-se dentro da discussão teórica do gênero e segurança internacional, apresentado por teorias feministas. Essas teorias adotam o gênero como categoria de análise central para compreender como estruturas sociais desiguais causam um impacto negativo na segurança de indivíduos e grupos (TICKNER, 2001, p. 47). As teorias feministas ganham espaço para discussão internacional a partir da década de 1990, principalmente, pelas crises de direitos humanos das mulheres.

O impacto dos estudos feministas na disciplina de Relações Internacionais foi muito tardio e ocorreu muito mais tarde que em todas as demais ciências humanas. Contudo, com o estupro de mulheres se tornando uma arma para a limpeza étnica em algumas das guerras de caráter étnico da década de 1990, a disciplina de Relações Internacionais não teve mais como não lidar com a relevância da categoria gênero na política internacional. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 222-223)

Com elementos provenientes tanto do feminismo como do construtivismo, essas teorias surgem como uma alternativa aos estudos convencionais e com novas possibilidades de interpretação sobre os estudos de segurança internacional e de conceitos como Estado, soberania, identidade e cultura. A abordagem feminista discute os temas de identidade e gênero como fundamentais para a discussão militar e ideológica nas sociedades. De acordo com essa teoria, a inclusão de questões de gênero como unidade de análise nas relações internacionais e a inclusão de mulheres nas forças armadas têm o poder de transformar as atividades políticas que hoje ainda são dominadas por um único gênero (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 225-226).

Concomitante, há a evolução da segurança internacional no que diz respeito a adoção de resolução de conflitos de caráter multidimensional, ou seja, abarcando preocupações militares, sociais, culturais e políticas das sociedades afetadas por crises internas. Autores como Marco Cepik (2010), Barry Buzan e Lene Hansen (2009), Paul Williams (2008), Gunther Rudzit (2005) e Rafael Villa (1999), abordam as discussões sobre a segurança

internacional contemporânea trazendo a importância da resolução de conflitos de caráter multidimensional por meio de mecanismos como as missões de paz que tem por objetivo garantir a paz, a segurança humana e tem a responsabilidade de proteger populações que sofrem com guerras civis e conflitos intra-estatais.

Por outro lado, a evolução na agenda de segurança internacional aborda também o papel do gênero nessas relações, não apenas para questionar a participação das mulheres, mas também para compreender a legitimidade e oportunidades que essas possuem nesses mecanismos. Cynthia Enloe (1989), Ann Tickner (1992), Paul Williams (2008), Tamya Rebelo (2013), Sandra Whitworth (2008), Wenona Giles (2004) retratam em seus estudos a evolução do papel das mulheres das dinâmicas de segurança e relações internacionais, e as problemáticas de desigualdade de gênero abrindo espaço para o questionamento: onde estão as mulheres? (ENLOE, 1989).

Somam-se a esses estudos o papel do gênero e as missões de paz da ONU com seus desdobramentos no que dizem respeito à participação e o impacto que essas missões causam às mulheres. Essa abordagem é feita por meio de debates de autores como Tamya Rebelo (2013), Natalia Fontoura (2008), Sabrina Karim e Kyle Beardsley (2017), Amanda Murdie e David Davis (2010). Eles buscam desmistificar os padrões sociais trazendo as discussões de mulheres que não possuem os mesmos direitos em comparação com os homens nos efetivos operacionais de segurança das missões de paz, e os abusos e restrições que as mulheres locais sofrem frente às estruturas institucionais vigentes.

De fato, as mulheres estão sendo incorporadas cada vez mais nos contingentes militares da ONU, em posições chave para o bom funcionamento de missões de paz complexas (apoio às vítimas de violência sexual, membros de unidades médicas, intérpretes, patrulhamento, etc). Tal passo é importante, mas permanecem alguns questionamentos: as soldadas da paz ocupam as posições que de fato almejam ou aquelas que são previamente destinadas a elas? Os esforços em prol da paridade numérica estão imunes às ideias estereotipadas sobre as tarefas desempenhadas pela mulher? (REBELO, 2013, p. 835)

Ademais, acervos bibliográficos e notícias de grandes mídias internacionais, como a BBC News e a ONU, denunciam crimes cometidos por militares das missões de paz contra mulheres e crianças locais, o que ocorreu amplamente no caso da MONUC/MONUSCO. Fontoura (2013) traz em seu estudo mais detalhes sobre a missão, até mesmo relatos de meninas locais que de alguma forma sofreram impactos negativos advindos dessas operações. É válido ressaltar que há outros estudos sobre questões semelhantes envolvendo missões de

paz especificamente no continente africano, como os de Kwame Akonor (2017), Paul Williams (2013), Raquel Melo (2010), Angela Alchin; Amanda Gouws e Lindy Heinecken (2017) e Alchin (2015).

A exacerbada violência na República Democrática do Congo gera insegurança e coloca um considerável obstáculo ao processo de reconstrução e consolidação de uma paz auto-sustentável no país. É também um sério impedimento ao retorno de pessoas internamente deslocadas e de refugiados aos seus lares. Por isso, enquanto os direitos humanos não forem devidamente respeitados, a situação no país continuará representando uma ameaça à estabilidade na região e à segurança internacional. (MELO, 2010, p. 91)

Nesse sentido, o presente trabalho busca inovar e estudar o espaço de agência que as mulheres possuem nesses mecanismos de manutenção/estabelecimento da paz e, para isso, se utilizará da definição de “mulheres sujeito” e “mulheres objeto” como artifício de diferenciação das mulheres que atuam na gestão e execução da missão e as mulheres locais que são afetadas pela missão, respectivamente. A partir da década de 70, a Sociologia entende como fundamental a compreensão sobre o grau de ação de atores no mundo social e político. No caso das mulheres nas organizações internacionais (OIs) o grau de agência trata sobre o quanto essas mulheres conseguem afetar a organização, as normas, o perfil, as políticas e as prioridades dessas organizações e de suas ações. Pode-se observar esse grau de agência nas mulheres sujeito (gestoras) como a capacidade de ajudar a construir a missão, cargos a frente da missão, papéis de direção, efetivação da missão, ajudar na preparação das tropas (conscientização de gênero). Nas mulheres objeto (locais, alvo da missão) a agência estaria na capacidade de afetar e dar respostas próprias aos atos que afetam a sua liberdade e dignidade. Autores como Anthony Giddens (1984), teóricos construtivistas como Alexander Wendt (1987) e teóricas feministas como Carole Pateman (1988) centram seus estudos na dualidade agente-estrutura. Segundo Wendt:

O problema da estrutura do agente tem suas origens em dois truismos sobre a vida social que fundamenta a maior parte da investigação científica social: 1) os seres humanos e suas organizações são atores propositais cujas ações ajudam a reproduzir ou transformar a sociedade em que eles vivem; e 2) a sociedade é composta de relacionamentos sociais, que estruturam as interações entre esses atores intencionais. Juntos, esses truismos sugerem que agentes humanos e estruturas sociais são, de uma maneira ou de outra, teoricamente interdependentes ou que implica entidades mútuas. (WENDT, 1987, p. 338, tradução nossa)<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup>No original: “*The agent-structure problem has its origins in two truisms about social life which underlie most social scientific inquiry: 1) human beings and their organizations are purposeful actors whose actions help reproduce or transform the society in which they live; and 2) society is made up of social relationships, which structure the interactions between these purposeful actors. Taken together these truism suggest that human*

Segundo a teórica Pateman (1988), essa estrutura é definida por meio do contrato social que define as normas e regras de cada sociedade. Porém, antes do contrato social existe o contrato sexual. Esse contrato sexual trata sobre o direito civil relacionado a uma ordem social patriarcal, ou seja, “o poder que os homens exercem sobre as mulheres” (PATEMAN, 1988, p.1, tradução nossa)<sup>7</sup>. A estrutura patriarcal é definida pelo contrato sexual estabelecendo o direito político e civil dos homens sobre as mulheres, mas também, no sentido social sexual, ou seja, estabelece o acesso dos homens ao corpo das mulheres (PATEMAN, 1988, p.2). O direito civil estabelece uma história de liberdade, mas também de sujeição. Pateman explicou:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito dos homens de usufruir de igual acesso sexual às mulheres, está em questão na elaboração do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original constitui liberdade e dominação. A liberdade dos homens e a sujeição das mulheres são criadas através do contrato original - e o caráter da liberdade civil não pode ser entendido sem a metade que falta da história que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é estabelecido por meio de contrato. A liberdade civil não é universal. A liberdade civil é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. (PATEMAN, 1988, p.1, tradução nossa)<sup>8</sup>

Nesse contexto, o espaço de agência das mulheres em missões de paz, muitas vezes, é interdependente a uma estrutura patriarcal presente. Isso significa dizer que existem regras, comportamentos, treinamentos e a própria cultura interna da missão que limitam e dificultam a presença e a proteção de mulheres tanto gestoras como de mulheres locais nesse ambiente. Alchin (2015) explica essa relação por meio de cinco principais razões pelas quais as mulheres, normalmente, não conseguem contribuir de maneira efetiva as missões de paz. As razões seriam: o “ambiente masculino dos militares”, a “incapacidade da Força de Defesa de reconhecer a diferença de gênero”, a “autopercepção das mulheres peacekeepers no valor que elas agregam às missões, a “sociedade patriarcal” e a “falta de treinamento de gênero para peacekeepers homens” (ALCHIN, 2015, p. 77). Avaliar, portanto, a capacidade de agência de

---

*agents and social structures are, in one way or another, theoretically interdependent or mutually implicating entities.*

<sup>7</sup>No original: “*The power that men exercise over women.*”

<sup>8</sup>No original: “*Men's domination over women, and the right of men to enjoy equal sexual access to women, is at issue in the making of the original pact. The social contract is a story of freedom; the sexual contract is a story of subjection. The original contract constitutes both freedom and domination. Men's freedom and women's subjection are created through the original contract - and the character of civil freedom cannot be understood without the missing half of the story that reveals how men's patriarchal right over women is established through contract. Civil freedom is not universal. Civil freedom is a masculine attribute an depends upon patriarchal right.*”

mulheres executoras e receptoras de missões de paz representa o esforço teórico subjacente a este trabalho.

Em **termos metodológicos**, a presente monografia se trata de pesquisa descritiva, embora com viés analítico, que procura produzir inferências e categorias a partir dos fenômenos observados e descritos. Faz-se uso do método de abordagem hipotético-dedutivo, procedimento de estudo de caso (da MONUC/MONUSCO) com comparações internas, e técnica de pesquisa bibliográfica e documental. O método de abordagem hipotético-dedutivo caracteriza-se pela construção e elaboração de hipóteses a partir de um problema proposto. O método de procedimento de estudo de caso contribui para a construção de testes de hipóteses a partir de um caso e contexto específico, com múltiplas observações internas (BORGES, 2007, p. 46–59).

No que diz respeito à técnica de pesquisa utilizada no presente trabalho, adota-se “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, [que] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.183). Ademais, ampara-se subsidiariamente na pesquisa documental, em que “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

A pesquisa trata de um estudo de caso com comparações internas, que busca compreender em um caso específico de missão de paz da ONU a agência de mulheres gestoras (sujeitas dessas missões) e de mulheres locais (objetos da missão). O grau de agência trata sobre o quanto essas mulheres conseguem afetar a organização, as normas, o perfil, as políticas e as prioridades dessas organizações e de suas ações. Por isso, se utilizará como variáveis de análise sobre as mulheres sujeito (gestoras), a capacidade de ajudar a construir a missão, cargos a frente da missão, efetivação da missão, papéis de direção, ajudar na preparação das tropas (conscientização de gênero). E sobre as mulheres objeto (locais, alvo da missão), a capacidade de afetar e dar respostas próprias aos atos que afetam a sua liberdade e dignidade e, o número de casos de abusos e exploração sexual cometido por militares.

O período analisado transpassa as décadas de 1990 e 2000, e tem como expoente o fim da Guerra Fria. O estudo terá seu centro na MONUC/MONUSCO, missão na República Democrática do Congo, instaurada no ano de 1999 estando ativa nos dias atuais. A partir da técnica de pesquisa bibliográfica e documental, se utilizará como acervo bibliográfico

documentos da ONU, artigos científicos, notícias internacionais e livros que abordam as temáticas de segurança, gênero e missões de paz.

Para tanto, a pesquisa **estrutura-se** em três capítulos. No primeiro capítulo, se busca apresentar as questões da segurança internacional contemporânea, o gênero e segurança internacional, e o papel das missões de paz e as relações destas com as questões de gênero. Deste modo, o primeiro capítulo abordará as questões teóricas, enquanto que os capítulos posteriores discutirão as dinâmicas e a análise do objeto de estudo. O segundo capítulo, buscará explicar o impacto que essas missões de paz da ONU causam à mulheres locais no caso da MONUC/MONUSCO, e buscará identificar seu grau de agência nesse ambiente. Ademais, o terceiro capítulo buscará analisar a participação das mulheres gestoras em missões de paz da ONU, caso MONUC/MONUSCO, visando compreender a efetividade na construção e grau de agência nessas operações. Para concluir, o estudo produz um comparativo introdutório entre os papéis de agência das mulheres locais e das mulheres gestoras.

Em termos gerais, busca-se testar a hipótese de que as mulheres possuem limites a sua agência em missões de paz, tanto no papel de objeto, impactadas pela missão localmente (assédio e exploração), como de sujeito na gestão dessas missões (limites na atuação e masculinização). Isso ocorre devido a consequências de uma estrutura patriarcal pré-estabelecida, a qual pode ser percebida nas missões de paz por meio do assédio e da exploração sexual a mulheres locais por parte de militares homens. Tal estrutura também pode ser percebida pela existência de limitações na participação e na própria masculinização das mulheres para fazer parte na gestão das operações. Essa estrutura patriarcal será percebida quanto ao impacto da missão em número de assédios e abusos cometidos pelos militares, falta de treinamentos sobre as questões de gênero e respeito aos direitos das mulheres. A estrutura também é percebida quanto a gestão da missão em números de homens em relação a mulheres que compõem o efetivo militar, cargos de liderança compostos por homens e mulheres e assédios cometidos pelos militares homens à mulheres gestoras da missão. Por isso, o estudo apresentado busca trazer uma nova perspectiva sobre o assunto e visa incentivar o aprofundamento de análises baseadas no entendimento da desigualdade de gênero e de direitos humanos por meio do reduzido espaço de agência que as mulheres possuem nesses mecanismos de manutenção da paz. Infelizmente, isso ocorre devido a interdependência a uma estrutura patriarcal hegemônica histórica.

## 2. SEGURANÇA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA, GÊNERO E MISSÕES DE PAZ

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o arcabouço teórico para análise da segurança internacional contemporânea, as relações de gênero na segurança internacional e as relações de gênero nas missões de paz, nesse caso, da ONU. Inicialmente, serão abordadas as evoluções dos mecanismos de segurança internacional, principalmente, após o período da Guerra Fria explanando suas características principais de formação e atuação no cenário internacional. Posteriormente, serão analisadas as questões de gênero na segurança internacional com enfoque na evolução de deliberativas institucionais e espaços de agência para que mulheres possam participar mais igualitariamente nesses mecanismos de segurança. Por fim, será feita a análise das relações de gênero no âmbito das missões de paz retratando sua evolução institucional e os espaços de agência para que mulheres possam participar, mas também o impacto que essas missões causam às mulheres locais que habitam as regiões afetadas.

### 2.1. SEGURANÇA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

A segurança internacional como a conhecemos hoje passou por inúmeros processos de reformulações internas com o intuito de abranger as demandas dos Estados e das sociedades civis vigentes. Por isso, para se compreender o conceito de segurança internacional é necessário compreender o cenário e as relações internacionais históricas que influenciaram no processo de construção e reformulação da segurança internacional ao longo do tempo. O primeiro entendimento sobre o tema perpassa por um cenário de sistema internacional voltado às dinâmicas de cooperação e conflito vividos após a Segunda Guerra Mundial e meados da Guerra Fria (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 2). Nesse sentido, os Estados buscavam exercer seu poder frente aos demais para conseguir manter sua segurança nacional e seu *status quo*<sup>9</sup>. Nesse cenário, os recursos militares e econômicos exerciam tamanha importância, pois eram eles os principais expoentes para os conflitos existentes. Por isso, se tem o entendimento que as guerras só poderão ser perpetuadas ou contidas por meio da força militar-econômica. Raramente, poderiam ser contidas por meio do consenso entre os países. Portanto, a

---

<sup>9</sup>Derivado do latim o termo significa “estado atual”. Assim, se entende que manter o *status quo* de um Estado significa manter a ordem como está e, não alterar as dinâmicas dos Estados no sistema internacional.

compreensão da segurança internacional nesse período pode ser entendida por duas vertentes opostas, a do realismo e a do idealismo.<sup>10</sup> Segundo Gunther Rudzit:

Os realistas tendem a ver a segurança como um derivativo do poder: um ator com suficiente poder que atinja uma posição dominante adquiriria como resultado a sua segurança. Já os idealistas tendem a ver a segurança como a consequência da paz. Uma paz duradoura proveria segurança para todos. (RUDZIT, 2005, p. 299)

O contexto de pós Segunda Guerra Mundial é marcado pela fundação das Nações Unidas em 1945. Seu aparato legítimo institucional afirmou buscar a segurança internacional por meio de missões de paz. As primeiras missões de paz da ONU tiveram forte caráter político-militar para pacificar as regiões afetadas e foram fundadas sob três princípios básicos: imparcialidade; consentimento das partes envolvidas no conflito para sua entrada e permanência em campo; e, o uso da força apenas em situações de legítima defesa (ESTEVES, 2010, p. 256).

Esse cenário internacional foi moldado pela bipolaridade de poder exercida pelos Estados Unidos e pela União Soviética, definido como período da Guerra Fria. As dinâmicas internacionais se enfocaram a discutir sobre conflitos intra-estatais, insurgências e guerras civis. O palco principal desses conflitos foram os Estados subdesenvolvidos recém descolonizados, caracterizados pela fragilidade estatal e grande dificuldade em acabar com essas guerras e reconstituir seus processos políticos, sociais e econômicos integrados e soberanos. Nesse contexto, o conceito de segurança internacional assumiu novas características, acompanhadas de novos mecanismos institucionalizados para manutenção da estabilidade internacional (FAGANELLO, 2013, p. 90).

Após o período de Guerra Fria, a população mundial é afetada pela era da globalização, avanços tecnológicos e pela expansão complexa das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Essa nova era mundial é influenciada, principalmente, pelos interesses da principal potência mundial da época, os Estados Unidos. Fatores como o capitalismo, as liberdades individuais, o aquecimento global, o meio ambiente, a pobreza vão ganhando cada vez mais atenção devido suas consequências para as populações. Esses fatores entraram nas pautas das discussões internacionais, pois as sociedades civis começaram a demandar respostas dos Estados, principalmente, no que diz respeito a qualidade de vida, direitos humanos, segurança, saúde e condições de trabalho e moradia. Normalmente essas

---

<sup>10</sup>A vertente realista tinha como principais pensadores E. H. Carr (1946), Hans Morgenthau (1973) e Kenneth Waltz (1979), já a vertente idealista Robert Keohane e Joseph Nye (1977) e Martin Wight (1979).

demandas se concentraram nos Estados que se localizam em regiões emergentes de subdesenvolvimento. Segundo Buzan e Hansen:

A partir da década de 1970, com o amadurecimento do relacionamento nuclear entre as superpotências, a abrangência original do termo segurança começou a ressurgir, abrindo espaço para ampliar a agenda de segurança internacional do foco político-militar. A segurança econômica e ambiental se estabeleceu, embora polêmica, como parte da agenda durante os anos posteriores da Guerra Fria, e se juntou durante a década de 1990 pela segurança social (ou identidade), segurança humana, segurança alimentar e outras. (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 2)<sup>11</sup>

Destarte, se observa que novas temáticas e resolução de conflitos de caráter multidimensional passam a ser abordadas na agenda de segurança internacional como o conceito de segurança humana, o subdesenvolvimento, o meio ambiente, os direitos humanos e as resoluções de conflito e paz. Assim, a lógica de segurança no século XXI adquire novos conceitos abarcando nações pobres e ricas, e a interdependência que conecta todas as nações do mundo criando ameaças e consequências comuns e compartilhadas ao redor do globo como desemprego, drogas, crime, poluição e violação dos direitos humanos, fome, poluição, terrorismo e disputas étnicas (PNUD, 1994, p. 22).

Nesse contexto de mudança de agenda, as missões de paz passaram por processos de reformulações internas adotando resoluções de conflitos multidimensionais nas áreas afetadas. Os desafios não se pautam apenas em questões político-militares, mas também em como reestruturar a sociedade, economia, cultura, pois juntos possibilitam a restauração da paz e segurança. Esse período é marcado pelo estabelecimento e autorização de ações coercitivas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) deixando em segundo plano os princípios fundamentais como o uso da força apenas em casos de legítima defesa. Pois, o entendimento das questões internas, que até então eram consideradas responsabilidade dos Estados nacionais, agora são vistas pelo CSNU como “ameaça à paz e à segurança internacional”. Essa mudança na intervenção teve como marco inicial a divulgação do documento **Agenda para a Paz: diplomacia preventiva, imposição da paz e manutenção da paz**, por meio do secretário geral da ONU Boutros Boutros-Ghali, em 1992 (VAZQUEZ, 2007, p. 62).

---

<sup>11</sup>No original: “From the 1970s onwards, as the nuclear relationship between the superpowers matured, the original breadth carried by the term security began to re-emerge, opening up pressure to widen the international security agenda away from the military-political focus. Economic and environmental security became established, if controversial, parts of the agenda during the later years of the Cold War, and were joined during the 1990s by societal (or identity) security, human security, food security and others”.

Portanto, em 1992, a ONU estabeleceu por meio desse documento os diversos tipos de mecanismos de manutenção da paz que podem ser efetivados nas zonas de conflito, sendo eles: peacekeeping (manutenção da paz), peacemaking (restabelecimento da paz), peacebuilding (reconstrução da paz) e peace-enforcement (consolidação da paz)<sup>12</sup>. Entretanto, o esforço dos países é de extrema importância para se instituir esses novos mecanismos, Boutros-Ghali nesse mesmo documento, artigo 6, afirmou que:

O desejo manifesto de que os membros trabalhem juntos é uma nova fonte de força em nosso esforço comum. No entanto, o sucesso está longe de ser certo. Embora meu relatório trate maneiras de melhorar a capacidade da Organização de buscar e preservar a paz, é crucial que todos os Estados-Membros tenham em mente que a busca por melhorar mecanismos e técnicas será de pouca importância, a menos que esse novo espírito de comunhão seja impulsionado pela vontade de tomar as decisões difíceis exigidas por este tempo de oportunidade. (A/47/277, 1992, p. 2, tradução nossa)<sup>13</sup>

Ao longos dos anos, a ONU foi se adaptando às pressões dos Estados e das sociedades, principalmente pelos Estados Unidos, o qual buscou manter sua primazia na nova ordem internacional e garantir monitoramento/policíamento global por meio das missões. A ONU é de suma importância até os dias de hoje, principalmente, no que diz respeito aos cenários de cooperação e conflito dentro dos Estados, e também entre os Estados nacionais que ainda são marcados por suas divergências de interesses. No ano de 2018, a ONU e seus mecanismos de manutenção da paz completou 70 anos de história e marcou a efetivação de 71 missões ao redor do mundo. A primeira missão instituída foi a Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO), em 1948, com o objetivo de monitorar o cessar-fogo árabe-israelense e, a partir de então, expandiu suas operações militares (WIKIPÉDIA, 2019).

---

<sup>12</sup>Segundo o documento *An Agenda For Peace*, a definição de peacebuilding, peacemaking, peacekeeping e peace-enforcement, a partir de uma tradução nossa presente nas páginas 4 e 9, significam: Peacemaking “é uma ação para fazer com que as partes hostis cheguem a um acordo, essencialmente por meios tão pacíficos como os previstos no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas”. Peacekeeping “é o desdobramento de uma presença das Nações Unidas no campo, até agora com o consentimento de todas as partes envolvidas, normalmente envolvendo o pessoal das forças armadas e / ou policiais das Nações Unidas e, freqüentemente, civis também. É uma técnica que expande as possibilidades tanto para a prevenção do conflito como para a construção da paz”. Peacebuilding “é a ação pós-conflito para identificar e apoiar estruturas que tenderão a fortalecer e solidificar a paz, a fim de evitar uma recaída no conflito”. Peace-enforcement “seriam unidades dos Estados-Membros que estariam disponíveis mediante pedido e consistiriam em tropas que se ofereceram para esse serviço. Elas teriam que ser mais fortemente armadas do que as forças de peacekeeping e precisariam se submeter a um extenso treinamento preparatório dentro de suas forças nacionais. A implantação e operação de tais forças estariam sob a autorização do Conselho de Segurança e, estaria sob o comando do Secretário-Geral”.

<sup>13</sup>No original: “6. The manifest desire of the membership to work together is a new source of strength in our common endeavour. Success is far from certain, however. While my report deals with ways to improve the Organization's capacity to pursue and preserve peace, it is crucial for all Member States to bear in mind that the search for improved mechanisms and techniques will be of little significance unless this new spirit of commonality is propelled by the will to take the hard decisions demanded by this time of opportunity.”

Por isso, a notícia da ONU em 2016, explicou que a expansão e especialização das missões de paz buscaram contribuir para a construção de instituições, a garantia de direitos humanos e reformas nos setores de segurança (ONU, 2016).

Para concluir, é notável a transformação dos mecanismos de segurança internacional devido a uma demanda não apenas estatal, mas também da sociedade civil que busca, historicamente, melhorias econômicas, políticas, culturais, ambientais e de direitos humanos. Ademais, essas transformações são influenciadas por dinâmicas como a globalização, a tecnologia e a interdependência que tornam os países cada vez mais conectados por meio de constantes fluxos de capital, pessoas, mercadorias e informações. Apesar de todos os desafios que as populações mundiais encontram, os Estados precisam criar mecanismos que garantam a segurança e paz mundial para todos, principalmente, porque a comunidade internacional demanda soluções e questiona a atuação da ONU no papel de reconstruir e manter a paz nas missões pacificadoras. Boutros-Ghali ressaltou que:

Não se deve permitir que essa nova dimensão de insegurança obscureça os problemas contínuos e devastadores do crescimento populacional desenfreado, do peso esmagador da dívida, das barreiras ao comércio, das drogas e da crescente disparidade entre ricos e pobres. A pobreza, a doença, a fome, a opressão e o desespero são abundantes, juntando-se para produzir 17 milhões de refugiados, 20 milhões de pessoas deslocadas e migrações maciças de povos dentro e fora das fronteiras nacionais. Estas são fontes e consequências de conflitos que requerem atenção incessante e a mais alta prioridade nos esforços das Nações Unidas (...) Portanto, neste momento de oportunidade renovada, os esforços da Organização para construir a paz, estabilidade e segurança devem abranger questões além das ameaças militares, a fim de romper os grilhões da luta e da guerra que caracterizaram o passado. (A/47/277, 1992, p. 2-3, tradução nossa)<sup>14</sup>

## 2.2. GÊNERO E SEGURANÇA INTERNACIONAL

O debate sobre gênero e segurança internacional tem como principais expoentes as pensadoras de teorias feministas as quais vieram tentando ao longo dos anos estabelecer um diálogo sobre a igualdade de gênero, o papel das mulheres no Estado e na sociedade e, como enfoque neste estudo, a participação das mulheres na segurança internacional. Para as teorias

---

<sup>14</sup>No original: “*This new dimension of insecurity must not be allowed to obscure the continuing and devastating problems of unchecked population growth, crushing debt burdens, barriers to trade, drugs and the growing disparity between rich and poor. Poverty, disease, famine, oppression and despair abound, joining to produce 17 million refugees, 20 million displaced persons and massive migrations of peoples within and beyond national borders. These are both sources and consequences of conflict that require the ceaseless attention and the highest priority in the efforts of the United Nations. (...) So at this moment of renewed opportunity, the efforts of the Organization to build peace, stability and security must encompass matters beyond military threats in order to break the fetters of strife and warfare that have characterized the past.*”

feministas, a segurança e seu funcionamento buscou no decorrer da história mostrar uma posição neutra quanto aos termos do gênero. Isto, pois deixou invisível as compreensões e os diferentes impactos sobre gênero na segurança entre mulheres e homens, quando na verdade a própria segurança internacional é dotada de dinâmicas e suposições de gênero (WHITWORTH, 2008, p. 104). Isso é explicado pela própria construção e formação dos Estados soberanos e exércitos nacionais, os quais consideravam invisíveis a formação de movimentos e teorias feministas dentro de suas estruturas. Segundo Rebelo:

Historicamente, a experiência feminina nas forças armadas foi camouflada por estereótipos de gênero. Suposições de que a mulher é fraca física e emocionalmente, sem os impulsos agressivos necessários para atuar em ambientes de conflito, conformaram barreiras que silenciaram os relatos acerca de sua participação nas unidades militares enviadas para campos de batalha. (REBELO, 2013, p. 821)

Em 1989, Enloe já discutia o porquê da existência das desigualdades de gênero entre mulheres e homens nas relações internacionais. Enloe retratou que o papel da mulher e as questões de gênero dentro das relações e política internacional estão intimamente ligadas com as condições prévias que essas possuem dentro das sociedades, ou seja, se essas são marginalizadas e não possuem os mesmos direitos que os homens nacionalmente, isso terá reflexo no sistema internacional. Segundo ela:

É verdade que na política internacional as mulheres historicamente não tiveram acesso aos recursos que lhes permitiram exercer influência. Hoje, as mulheres estão na base da maioria das hierarquias internacionais: as mulheres são rotineiramente pagas menos do que os homens com salários mais baixos nas empresas multinacionais; as mulheres são dois terços dos refugiados. Mulheres ativistas têm mais dificuldade em influenciar os movimentos nacionalistas étnicos que lutam do que os homens; as mulheres recebem menos recompensas ideológicas e profissionais por lutarem em guerras estrangeiras do que os homens. Embora seja um quadro muito sombrio, pode-nos dizer muito sobre como o sistema político internacional foi concebido e como é mantido todos os dias: alguns homens no topo, a maioria das mulheres na parte inferior. (ENLOE, 1989, p. 16, tradução nossa)<sup>15</sup>

Entretanto, com os novos debates nas pautas da agenda internacional pós-Guerra Fria, se abriu espaço e visibilidade para as questões de gênero e segurança, principalmente, pelas crises de direitos humanos das mulheres vividas nos períodos de guerras. A visibilidade dos estudos feministas na disciplina de Relações Internacionais demorou para acontecer devido ao

---

<sup>15</sup>No original: *“It’s true that in international politics women historically have not had access to the resources enabling them to wield influence. Today women are at the bottom of most international hierarchies: women are routinely paid less than even the lowest-paid men in multinational companies; women are two thirds of all refugees. Women activists have a harder time influencing struggling ethnic nationalist movements than do men; women get less of the ideological and job rewards from fighting in foreign wars than do men. Though a pretty dismal picture, it can tell us a lot about how the international political system has been designed and how it is maintained every day: some men at the top, most women at the bottom.”*

enfoque em estudos que objetivavam entender percepções tradicionais centradas no Estado e no sistema internacional (TICKNER, 2001, p. 63). Ademais, a própria esfera de política internacional é dominada por homens, portanto, apenas os interesses de uma classe de gênero estariam em pauta, e mesmo o pouco espaço para a presença de mulheres seria permitido caso não abalassem as presunções e interesses masculinos (ENLOE, 1989, p. 13). Apenas em meados da década de 1990, se iniciou o processo de reformulação na forma de pensar a política e segurança internacional sob o viés da igualdade de gênero, mas foi necessário o estupro de mulheres como arma de guerra e limpeza étnica para que a disciplina de Relações Internacionais e as discussões na ONU tomassem como relevante a categoria do gênero e da mulher (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 222-223).

Assim sendo, a ONU começou a criar mecanismos e resoluções a serem cumpridas pelos Estados-membros com o objetivo de buscar maior igualdade de direitos entre mulheres e homens dentro da própria instituição, como também no desenvolvimento de ações que contribuam para a preservação de direitos humanos das mulheres em todos seus mecanismos de manutenção da paz (REBELO, 2013, p. 818). Em 1979, a Assembléia Geral da ONU adotou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, considerando a influência da cultura e das tradições como maneiras de moldar os papéis de gênero e as relações familiares. Em 1980, ocorreu a Segunda Conferência Mundial sobre a Mulher, em Copenhague. Seu programa de ação buscava melhorias nos direitos das mulheres em relação à guarda dos filhos, à herança, e à perda da nacionalidade. Em 1985, ocorreu a Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, em Nairóbi (ONU, 2019).

Os anos 90 foram marcados pelas crescentes mobilizações de movimentos feministas exigindo reformulações nas políticas por igualdade de direitos. Em abril de 1993, a Assembléia Geral emitiu a resolução nº 47/226, cujo objetivo era envolver os Estados na criação e “urgência de medidas para impedir restrições ou discriminações sexistas no recrutamento, nomeação e promoção de homens e mulheres dentro das Nações Unidas”. Em dezembro de 1993, a Assembléia Geral adotou a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher expressando “a necessidade de acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas e a remoção de todos os obstáculos à igualdade de gênero”. Em 1995, se anunciaram a Declaração e a Plataforma de Ação de

Pequim, tinham por objetivo a “igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres, em todos os lugares e no interesse de toda a humanidade” (REBELO, 2013, p. 824-825).

A suposta evolução dos debates de gênero e a criação de resoluções e normas que integrem as mulheres na segurança internacional não acompanhou exatamente o que aconteceu na prática. O discurso de integração e igualdade de direitos humanos entre mulheres e homens ficou prioritariamente na teoria. Segundo Whitworth, ainda em meados de 2006, “as mulheres nas Nações Unidas representavam cerca de 60% dos funcionários do Serviço Geral, mas menos de 40% nas categorias Profissionais (e apenas 15% da categoria profissional mais alta do Subsecretário Geral)” (WHITWORTH, 2008, p. 105, tradução nossa)

<sup>16</sup>

Ainda hoje, é notável que as mulheres não possuem os mesmos espaços e direitos que os homens sendo, muitas vezes, deixados seus interesses e sua própria proteção em segundo plano. As estimativas de tráfico e exploração de mulheres e meninas são alarmantes, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2017, “mulheres e meninas são as mais afetadas pela escravidão moderna, chegando a quase 29 milhões ou 71% do total. As mulheres representam 99% das vítimas do trabalho forçado na indústria comercial do sexo e 84% dos casamentos forçados” (OIT, 2017). Nesse contexto, se deve questionar “por que são as mulheres que estão sendo traficadas; quem está lucrando; quem está fechando os olhos para esses abusos (...) os lucros só podem ser obtidos a partir de serviços sexuais forçados se houver clientes masculinos dispostos e pagadores” (ENLOE, 1989, p.xiii, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Ademais, as teóricas feministas geralmente rejeitavam modelos tradicionais para entender os comportamentos dos Estados na busca por segurança. Esses modelos, segundo elas, seriam problemáticos, porque estariam tratando os debates de gênero com princípios universalistas nos quais se baseiam em modelos masculinos de comportamento humano. As buscas universalistas poderiam deixar de perceber as hierarquias de gênero que se manifestam no decorrer do tempo e na cultura. Ademais, buscar o real entendimento da segurança envolve compreender as diferentes hierarquias sociais, que segundo as feministas, são variavelmente

---

<sup>16</sup>No original: “*women in the United Nations comprise some 60 per cent of General Service employees, but less than 40 per cent in the Professional categories (and only 15 per cent of the highest professional category of Under Secretary General)*”.

<sup>17</sup>No original: “*why it is women who are being trafficked; who is profiting; who is turning a blind eye to these abuses (...) profits can be made from forced sexual services only if there are willing and paying male customers*”.

construídas. Portanto, entendem que o gênero e as hierarquias sociais tem efeitos essenciais na segurança nacional e internacional (TICKNER, 2001, p. 64). Segundo Tickner sugeriu:

Para incorporar o gênero, as teorias devem satisfazer três critérios: (1) devem permitir a possibilidade de falar sobre a construção social do significado; (2) devem discutir a variabilidade histórica; e (3) devem permitir teorizar sobre o poder de maneiras que revelem relações de poder ocultas. (TICKNER, 2001, p. 27, tradução nossa)<sup>18</sup>

Para finalizar, percebe-se que, teoricamente, as questões de gênero na segurança internacional evoluíram ao longos dos anos, mas na prática apresentam certas limitações. Enloe (1989) traz dois apontamentos fundamentais para entender na prática como a posição da mulher e do gênero se deu nas dinâmicas dos Estados e das relações internacionais. O primeiro, diz respeito, à cobrança pelo envolvimento das mulheres na política internacional aos moldes de como ela sempre foi organizada. Porém, não se estaria convidando a uma nova reinterpretação da política baseada nas próprias experiências de mulheres, pois estaria presa às amarras conservadoras de pensamento masculino. O segundo trata sobre a típica abordagem de que as mulheres deveriam aprender mais sobre política internacional antes de se envolver na mesma. Segundo a pensadora, “nessa visão do mundo, as mulheres estão sempre sendo influenciadas; raramente elas são vistas como atores” (ENLOE, 1989, p. 16, tradução nossa)<sup>19</sup>.

### 2.3. GÊNERO E MISSÕES DE PAZ

O gênero e as missões de paz ganharam sua visibilidade também na década de 1990, pois como mencionado, o fim da Guerra Fria trouxe novas preocupações aos Estados. Nesse contexto, os conflitos intra-estatais e as guerras civis entraram nas pautas da Agenda internacional. Somente o Conselho de Segurança poderia permitir ou não que missões fossem iniciadas, normalmente, destinadas a países carentes de estrutura estatal e instituições burocráticas. Essas missões foram desafiadas a atuarem por meio de resoluções multidimensionais nos Estados, a partir do monitoramento e cumprimento dos acordos estabelecidos para manutenção da paz, e esforços que ajudem a reconstruir as instituições políticas e de segurança (KARIM; BEARDSLEY, 2017, p. 12). Mas também, possuíam

---

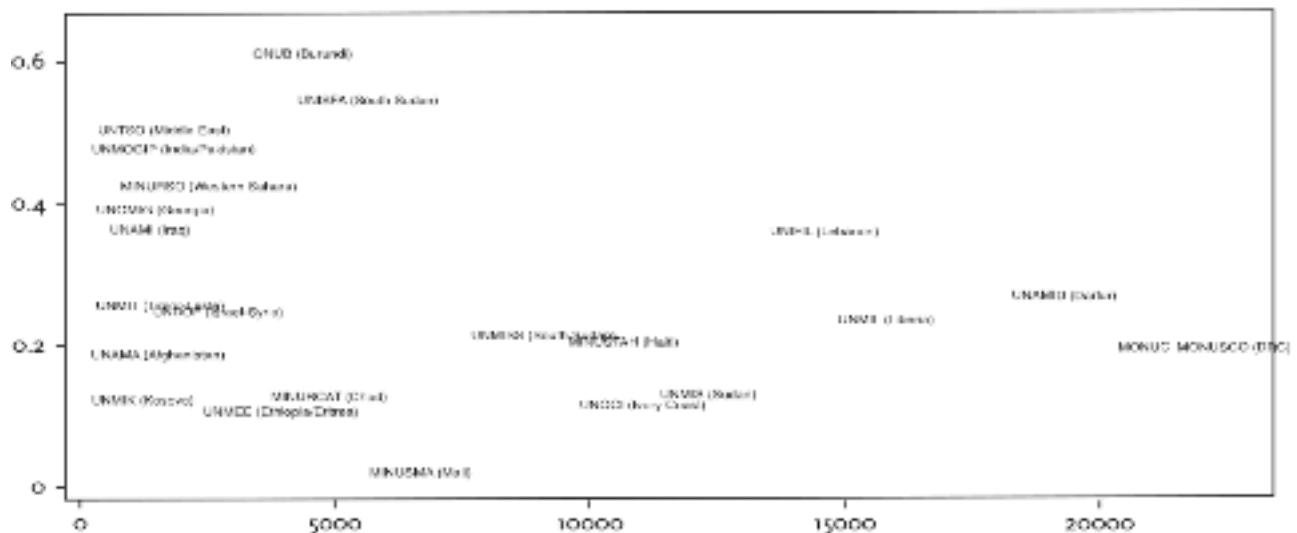
<sup>18</sup>No original: “*to incorporate gender, theories must satisfy three criteria: (1) they must allow for the possibility of talking about the social construction of meaning; (2) they must discuss historical variability; and (3) they must permit theorizing about power in ways that uncover hidden power relations*”.

<sup>19</sup>No original: “*In this world view, women are forever being acted upon; rarely are they seen to be actors*”.

desafios muito maiores a respeito das consequências e desdobramentos negativos das missões para as mulheres.

O primeiro desdobramento, retrata o reduzido espaço de agência que as mulheres possuem na construção e na própria atuação dentro das missões, assumindo cargos invisíveis frente às forças de combate (WHITWORTH, 2008, p. 108). Essas seriam alocadas a serviços de apoio e adicionais “sob justificativas de falta de acomodação, ausência de privacidade e/ou capacidade física inferior” (REBELO, 2013, p. 823). Mesmo assim, algumas soldadas, nesse ambiente, são constrangidas por sofrer assédio sexual por parte dos colegas masculinos e, não sentem um pertencimento genuíno dentro da organização devido suas posições simbólicas e discriminação vivida. Por isso, mesmo que as mulheres integrem as missões de paz, essa participação não ocorre de forma legítima e respeitável por todos (REBELO, 2013, p. 823). No gráfico abaixo, se pode perceber a porcentagem de mulheres que compõem os efetivos militares em missões de paz e, como de se esperar, esse número é extremamente baixo referente ao efetivo total.

## Gráfico 1 - Proporção de Mulheres em efetivo militar nas missões de paz da ONU (2006-2013)



Nota: O eixo vertical representa a proporção média de mulheres no efetivo militar. O eixo horizontal representa o tamanho do efetivo militar total.<sup>20</sup>

Fonte: KARIM, S.; BEARDSLEY, K. 2017, p. 74.

<sup>20</sup>Pode-se perceber que as maiores missões como a MONUC/MONUSCO (RDC), UNAMID (Darfur), UNMIS (Sudão) e MINUSTAH (Haiti) tendem a ter menores proporções de mulheres presentes do que homens no efetivo militar.

Na década de 2000, as mulheres aumentaram suas cobranças frente aos Estados e as sociedades com demandas e resoluções por inclusão e proteção à mulheres nas forças militares de pacificação. Nesse cenário, surge a resolução 1325 do Conselho de Segurança, sobre mulheres, paz e segurança (S/RES/1325, 2000). Essa resolução introduziu e institucionalizou o gênero na segurança internacional e nas situações de conflito, dando direitos, participação e proteção às mulheres na política internacional (KARIM; BEARDSLEY, 2017, p. 11).

Ademais, com o fracasso das missões de paz na Somália em 1992, o Genocídio de Ruanda em 1994 e o massacre em Srebrenica em 1995, não apenas as mulheres, mas a comunidade internacional começou a demandar soluções eficazes e, questionar o poder de reconstrução e manutenção da paz das missões da ONU (REBELO, 2003, p. 825). A ONU, em 21 de agosto de 2000, estabeleceu o Relatório Brahimi. Esse relatório foi criado a pedido de secretário geral, Kofi Annan, para um grupo de peritos liderados por Lakhdar Brahimi. O documento teve por objetivo examinar as missões, e fortalecer os instrumentos de política e de segurança internacional, recomendar treinamentos como ferramentas importantes para melhorar a qualidade e o preparo de militares, policiais e civis, e garantir a eficiência e a rapidez de soluções dentro das missões de paz (FONTOURA, 2008, p. 57). Ademais, em 1995, a Divisão para o Avanço da Mulher, organismo da ONU responsável por gerir os assuntos de gênero e da mulher, publicou o estudo nomeado de “Women 2000: The role of Women in United Nations Peacekeeping” (ONU, 1995). Esse estudo tratou sobre o papel das mulheres como elemento diferencial para o sucesso nas missões de paz e, simplificado em 8 breves conclusões, a autora Rebelo (2003) elenca-as da seguinte maneira:

- (i) quando existe uma grande quantidade de mulheres em missões de manutenção da paz, as mulheres locais nos países hospedeiros são mobilizadas por meio de um efeito demonstrativo positivo;
- (ii) a participação das mulheres nas missões de paz direciona a atenção para a necessidade de um código de conduta atualizado para os soldados da paz, principalmente nas áreas de direitos humanos e questões de gênero;
- (iii) ao desempenharem suas tarefas, as mulheres são percebidas como compassivas, inclinadas a optar pela reconciliação em vez de utilizar a força, e boas ouvintes, dispostas a aprender e contribuir para um ambiente de estabilidade e moralidade;
- (iv) a presença das mulheres, ao que tudo indica, estimula a confiança entre os membros da população local, elemento crítico em qualquer missão de paz;
- (v) as mulheres se destacam como negociadoras, ativas em propor soluções construtivas, dispostas a buscar maneiras inovadoras para estabelecer diálogo entre grupos polarizados. Elas utilizam, algumas vezes, meios não convencionais, como cantar, para dissuadir situações potencialmente violentas;
- (vi) a participação das mulheres ajuda a romper visões tradicionais e estereótipos de mulheres em países e comunidades locais onde elas servem e entre os soldados da paz;
- (vii) contrariando algumas expectativas, muitas mulheres voluntariamente aceitam os desafios de trabalhar em todos os tipos

de situação, inclusive em áreas isoladas e perigosas; e (viii) soldados femininos civis trabalham de forma eficaz com pessoal militar e policial. (REBELO, 2003, p. 826)

O segundo desdobramento, advindo das missões de paz, são seus impactos negativos por meio de parcela de militares homens frente às mulheres e crianças que vivem nas regiões afetadas por conflitos. Ao invés de colaborar para a construção e pacificação, soldados atuam de maneira antiética e criminosa sobre a segurança dos indivíduos, normalmente, sobre a segurança das mulheres (TICKNER, 2001, p. 62). Esse impacto negativo ganhou visibilidade internacional após diversas notícias e denúncias contra abusos e exploração sexual que militares causavam à mulheres e crianças nas missões de paz da ONU. A notícia da BBC em 2005 relatou: “As vítimas geralmente recebiam comida ou pequenas somas de dinheiro em troca de sexo, disse um relatório do órgão de fiscalização da ONU, o Escritório de Serviços de Supervisão Interna” (BBC, 2005).

O relatório da ONU de 2005 retrata as investigações e as entrevistas feitas com vítimas desses abusos. As investigações partiram de 72 casos, principalmente advindos da MONUC/MONUSCO. Na sua grande maioria não foram indiciados nomes de militares específicos, pois muitos já haviam saído da missão, ou mesmo as próprias vítimas não saberiam identificá-los pela diversidade de militares que se envolveram. Segundo o relatório, “particularmente das meninas mais jovens, com idades entre 11 e 14 anos, ficou claro que para a maioria delas, fazer sexo com peacekeepers era um meio de obter comida e algumas vezes pequenas somas de dinheiro” (A/59/661, 2005, p. 3, tradução nossa)<sup>21</sup>.

Em julho de 2004, Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU vigente, nomeou o príncipe Zeid Ra’ad Zeid Al-Hussein, antigo peacekeeper civil e representante permanente da ONU na Jordânia, como Enviado Especial do Secretário-Geral para o Abuso e Exploração. Zeid teve como responsabilidade criar um relatório sobre os abusos e explorações sexuais nas missões de paz da ONU, como também, avaliar práticas de combate e proteção à comunidade local (FONTOURA, 2008, p. 48). Como resultado desse processo de investigações, em 2005, Zeid finalizou o relatório. Ele confirmou os abusos cometidos e, afirmou que:

Por exemplo, na República Democrática do Congo, parece que a exploração sexual e abuso geralmente envolve a troca de sexo por dinheiro (em média, \$ 1- \$ 3 por encontro), por comida (por consumo imediato ou para barganhar mais tarde) ou por empregos (especialmente afetando trabalhadores). Algumas jovens meninas com quem conversei na República Democrática do Congo falaram de “estupro disfarçado de prostituição”, em que elas disseram que foram estupradas e dado dinheiro ou

---

<sup>21</sup>No original: “particularly of the younger girls, aged 11 to 14 years, it became clear that for most of them, having sex with the peacekeepers was a means of getting food and sometimes small sums of money.”

comida depois para dar ao estupro a aparência de uma transação consensual. Uma vez que as jovens estão nessa situação, uma situação de dependência é criada que tende a resultar em uma contínua espiral descendente de prostituição, com a sua violência, desespero, doença e dependência adicional. (A/59/710, 2005, p. 8, tradução nossa)<sup>22</sup>

Em março de 2010, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), gerou um relatório com o objetivo principal de facilitar a inclusão do gênero nas atividades militares entre mulheres e homens nas missões de paz da ONU (DPKO/DFS, 2010). Pode notar-se, que neste documento, algumas recomendações e atividades exercidas pelo efetivo militar feminino estão associadas à vulnerabilidade das mulheres locais (REBELO, 2003, p. 827), segundo o resumo da autora:

O aumento de patrulhas em áreas com uma grande quantidade de casos reportados de violência sexual contra a mulher; a presença de pessoal feminino nas atividades de revisão dos antecedentes das mulheres ex-combatentes e a disponibilização de instalações separadas para a proteção das mulheres durante o aquartelamento. (REBELO, 2003, p. 827)

Nesse sentido, é importante compreender o espaço de agência que as mulheres possuem nesses mecanismos de manutenção da paz e, para isso, se utilizará da definição de mulheres sujeito e mulheres objeto como artifício de diferenciação das mulheres que atuam na gestão e execução da missão e as mulheres locais que são afetadas pela missão. O grau de agência e sua capacidade de influenciar na tomada de decisões na organização e nas políticas e normas internas será observado em dois níveis de análise. O primeiro, caracterizado pelo grau de agência das mulheres locais (objeto) quanto sua capacidade de afetar e dar respostas próprias aos atos que influenciam em sua liberdade e dignidade. E o segundo, caracterizado pelo grau de agência das mulheres gestoras (sujeito) e sua capacidade de ajudar a construir a missão, cargos a frente da missão, papéis de direção, efetivação da missão, ajudar na preparação das tropas (conscientização de gênero). Segundo Alexander Wendt, essa relação agente-estrutura pode ser definida por “agentes humanos e estruturas sociais são, de uma

---

<sup>22</sup>No original: “*For example, in the Democratic Republic of the Congo, it would appear that sexual exploitation and abuse mostly involves the exchange of sex for money (on average \$1-\$3 per encounter), for food (for immediate consumption or to barter later) or for jobs (especially affecting daily workers). Some young girls whom I spoke with in the Democratic Republic of the Congo talked of “rape disguised as prostitution”, in which they said they were raped and given money or food afterwards to give the rape the appearance of a consensual transaction. Once young girls are in this situation, a situation of dependency is created which tends to result in a continued downward spiral of further prostitution, with its attendant violence, desperation, disease and further dependency.*”

maneira ou de outra, teoricamente interdependentes ou que implica entidades mútuas (WENDT, 1987, p. 338, tradução nossa)<sup>23</sup>.

Para finalizar, nesse contexto, o espaço de agência das mulheres em missões de paz, muitas vezes, é interdependente a uma estrutura patriarcal presente. Isso significa dizer que existem regras, comportamentos, treinamentos e a própria cultura interna da missão que limitam e dificultam a presença e a proteção de mulheres tanto gestoras como de mulheres locais nesse ambiente. Segundo Alchin, isso ocorre porque “como as mulheres são uma minoria, sua presença é considerada distinta, estranha ou obscura. Por esta razão, elas acham difícil se misturar com os homens, mesmo usando o mesmo uniforme” (ALCHIN, 2015, p.77, tradução nossa)<sup>24</sup>. A estrutura patriarcal será percebida quanto ao impacto da missão em número de assédios e abusos cometidos pelos militares e falta de treinamentos sobre as questões de gênero. Quanto a gestão da missão, se perceberá em números de homens em relação a mulheres que compõem o efetivo militar, cargos de liderança e casos de assédio cometidos pelos militares homens à mulheres gestoras da missão.

#### **2.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO**

O presente capítulo buscou analisar as evoluções no papel do gênero e das mulheres na segurança internacional e em missões de paz referindo documentos e deliberativas que buscam diminuir essa desigualdade entre mulheres e homens por meio de mecanismos da ONU atuando dentro da instituição e nas missões de paz. Entretanto, mais que resoluções teóricas, o objetivo desse trabalho é, principalmente, questionar o real espaço de agência que as mulheres possuem nesses mecanismos. Infelizmente, ainda persistem inúmeros desafios que impedem essa agência efetiva das mulheres, tanto nas missões de paz como na própria instituição da ONU. Por isso, é notável a importância da criação de soluções e resoluções para abranger a problemática do gênero e da mulher na segurança internacional e missões de paz. Porém, ainda deixa a desejar no seu real cumprimento dessas normativas, pois se percebe um descaso em realmente fazer cumprir as normas, ou seja, acompanhar e cobrar suas implementações em seu andamento.

---

<sup>23</sup>No original: “*Human agents and social structures are, in one way or another, theoretically interdependent or mutually implicating entities*”.

<sup>24</sup>No original: “*As women are in the minority, their presence is considered distinct, alien, or obscure. For this reason they find it difficult to blend in with men, even by wearing the same uniform.*”

Os capítulos seguintes avaliarão o objeto de estudo MONUC/MONUSCO, observando o impacto dessa missão para às mulheres locais, ou seja, seus pontos positivos e negativos para a comunidade afetada pelo conflito civil. Também estará destinado a avaliar participação das mulheres gestoras nessa missão, ou seja, os espaços que essas mulheres podem ocupar em efetivos militares e como se relacionam dentro dessa estrutura.

### **3. IMPACTO POSITIVO E NEGATIVO DA MISSÃO, E ESPAÇO DE AGÊNCIA DAS MULHERES LOCAIS**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma análise da missão de paz MONUC/MONUSCO relacionada às mulheres locais. Portanto, busca entender o impacto positivo da missão para as mulheres locais, o impacto negativo para as mulheres locais e o espaço de agência que essas mulheres possuem nesse contexto social. Para iniciar, será discutido o efeito positivo da missão de paz na região afetada, por meio do processo de atuação da missão e reconstrução da comunidade local. Assim, buscará trazer dados de desenvolvimento social, econômico, político e cultural antes e após a missão pacificadora. Posteriormente, será discutido o efeito negativo da missão de paz com enfoque na exploração e abuso à mulheres e crianças locais. Logo, busca fazer uma análise da missão na qual entende que uma das principais causas dessa problemática é a própria estrutura patriarcal existente na sociedade. Por fim, será feita a análise do espaço de agência dessas mulheres locais frente a missão. Esse espaço de agência será entendido como a capacidade de afetar e dar respostas próprias aos atos que afetam a liberdade de expressão e dignidade dessas mulheres.

#### **3.1. IMPACTO POSITIVO DA MISSÃO PARA MULHERES LOCAIS**

A República Democrática do Congo é um país marcado pela diversidade cultural, política e social. Segundo dados da Agência Internacional de Inteligência (CIA), o país possui uma população de 85.3 milhões de pessoas, é formado por mais de 200 etnias, em sua maioria Bantu, as quatro maiores tribos são Mongo, Luba, Kongo (Bantu) e Mangbetu-Azande (Hamítica). Ademais, as línguas reconhecidas regionalmente são Lingala, Kingwana, Kikongo e Tshiluba. Dentre as religiões reconhecidas estão: 50% Católicos Romanos, 20% Protestantes, 10% Kimbanguistas, 10% Islâmicos e 10% outros cultos (CIA, 2019). Assim, todas essas características mencionadas formam um país heterogêneo em crenças, conceitos e línguas. Como Ayoob (1995) já explicou, países em desenvolvimento possuem maior dificuldade em manter sua segurança devido sua formação estatal e vulnerabilidade. Esse fator, infelizmente, irá contribuir para um país extremamente desigual e repleto de conflitos intra-estatais ao longo de décadas e que, persistem até os dias de hoje. Segundo Castellano:

A situação é agravada pelos deslocamentos internos e movimentos de refugiados, o grande crescimento da população de crianças (atualmente 48% da população do país

tem menos de 15 anos de idade), a falta de recursos do governo central, além de problemas naturais como o grande número de línguas locais e a alta proporção da população vivendo em regiões de floresta (de difícil acesso a instituições escolares). (CASTELLANO, 2012, p. 222)

Nesse contexto, em 30 de novembro de 1999, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu o início da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) por meio da Resolução 1279. Essa resolução, inicialmente, tem como estrutura base a observação e a manutenção do Acordo de Cessar-Fogo de Lusaka estabelecido em julho de 1999 entre a República Democrática do Congo e mais países da região. Mais tarde, o Conselho prorrogou o mandato da MONUC atribuindo mais tarefas e resoluções adicionais relacionadas (MONUSCO, 2019). A Resolução 1279 prevê em sua composição:

4. Decide que o pessoal autorizado de acordo com as resoluções 1258 (1999) e 1273 (1999), incluindo pessoal multidisciplinar nos campos de direitos humanos, assuntos humanitários, informação pública, apoio médico, proteção infantil, assuntos políticos e apoio administrativo, que auxiliará o Representante Especial, constituirá a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) até 1 de março de 2000. (S/RES/1279, 1999, p. 2, tradução nossa)<sup>25</sup>

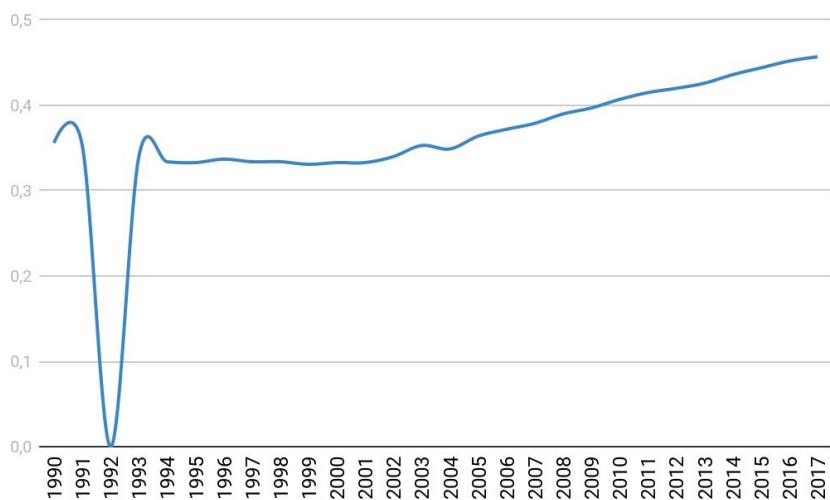
A MONUC, em 1 de julho de 2010, sofreu a reformulação de seu nome por meio da Resolução 1925. O Conselho de Segurança a renomeia como Missão Estabilizadora das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) com o objetivo de trabalhar com a nova fase alcançada pelo país (S/RES/1925, 2010). A resolução busca reiterar seu compromisso com o país e definir novas dinâmicas e tarefas a serem desempenhadas pelos militares, logo, um documento com conteúdo mais específico sobre proteção aos civis, direitos humanos e suporte ao governo, comparado com a resolução 1279.

Portanto, entender o contexto da República Democrática do Congo e o contexto da MONUC/MONUSCO são pontos fundamentais para analisar o desenvolvimento do país antes e após o surgimento dessa missão. Por isso, é válido analisarmos esse desenvolvimento por meio de índices que viabilizem o entendimento da situação social e econômica do país para mulheres e homens da região. Para começar, o IDH é um fator primordial para entender a qualidade de vida e desenvolvimento econômico na região. O gráfico abaixo busca analisar os resultados desse índice ao longo dos anos.

---

<sup>25</sup>No original: “4. Decides that the personnel authorized under its resolutions 1258 (1999) and 1273 (1999), including a multidisciplinary staff of personnel in the fields of human rights, humanitarian affairs, public information, medical support, child protection, political affairs and administrative support, which will assist the Special Representative, shall constitute the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUC) until 1 March 2000”.

**Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano na RDC (1990-2017)**



Nota: O eixo vertical representa o IDH. O eixo horizontal representa o ano.

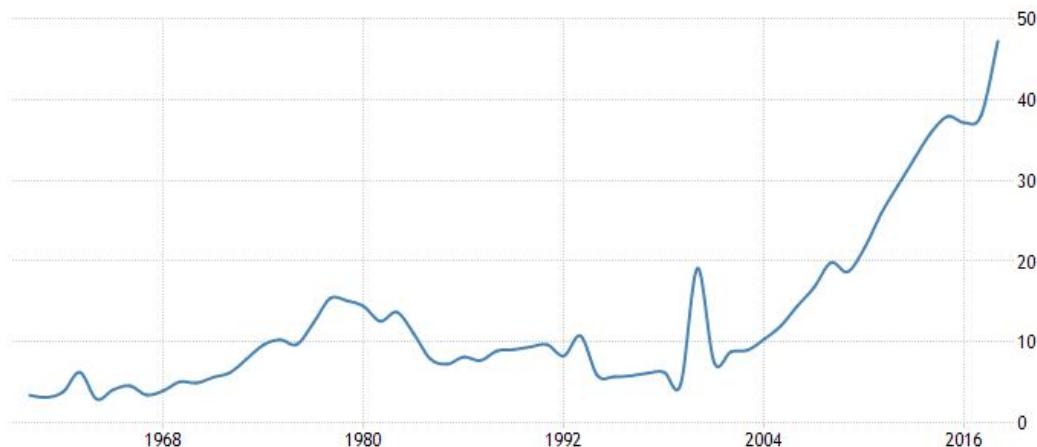
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, dados entre os anos de 1990 e 2017.

Por meio desse gráfico, se percebe o desenvolvimento do IDH ao longo dos anos, principalmente, seu crescimento a partir dos anos de 2000 e 2001. Se pode inferir que há uma associação entre o estabelecimento da missão e o incremento do IDH durante esse período. Ademais, se nota que atualmente o IDH está em direção a marca de 0,5, o qual ainda nos demonstra que o país necessita ajuda para estabelecer sua paz e seu desenvolvimento social, político e econômico. Entretanto, esse número segue crescendo com a ajuda da MONUSCO que continua ativa atualmente em território congolês. Por fim, é importante ressaltar também que não há dados do ano de 1992, esse possui resultado zerado.

Além disso, o segundo dado que se pode analisar para entender o desenvolvimento do país perante a missão será o Produto Interno Bruto (PIB). Esse indicador busca medir e quantificar a atividade econômica da região.<sup>26</sup> O gráfico abaixo busca analisar os resultados desse índice ao longo dos anos.

<sup>26</sup>O Produto Interno Bruto (PIB) “representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc)” (WIKIPÉDIA, 2019).

**Gráfico 2 - Produto Interno Bruto na RDC (1965-2018)**



Nota: O eixo vertical representa o PIB. O eixo horizontal representa o ano.

Fonte: Trading Economics, dados entre os anos de 1965 e 2018.

Por meio desse segundo gráfico do Banco Mundial<sup>27</sup>, se pode perceber o desenvolvimento do PIB ao longo dos anos, principalmente, seu crescimento contínuo a partir do ano 2000. Novamente, após a ativação da missão de paz na região, é notável a melhoria na economia do país. Segundo o Banco Mundial:

O Produto Interno Bruto (PIB) do Congo valia 47,23 bilhões de dólares em 2018. O valor do PIB do Congo representa 0,08% da economia mundial. O PIB do Congo teve uma média de 12,73 milhões de dólares de 1960 a 2018, atingindo uma alta histórica de 47,23 bilhões de dólares em 2018 e uma baixa recorde de 2,88 bilhões de dólares em 1964. (BANCO MUNDIAL, 2019)<sup>28</sup>

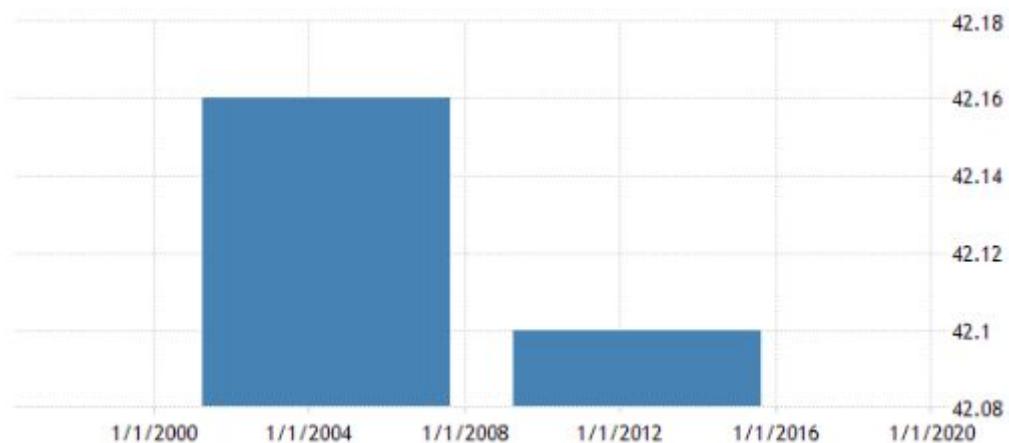
Por fim, podemos analisar mais um indicador que contribui para a inferência acerca dos benefícios que a missão MONUSCO trouxe à região após sua implementação, o Índice de GINI<sup>29</sup>. Este índice tem como objetivo mensurar a desigualdade entre ricos e pobres na região. O gráfico abaixo busca analisar os resultados desse índice ao longo dos anos.

<sup>27</sup>Banco Mundial é “uma agência especializada independente do Sistema das Nações Unidas, é a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento, proporcionando cerca de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos e doações aos 187 países-membros” (ONU, 2019).

<sup>28</sup>No original: “The Gross Domestic Product (GDP) in Congo was worth 47.23 billion US dollars in 2018. The GDP value of Congo represents 0.08 percent of the world economy. GDP in Congo averaged 12.73 USD Billion from 1960 until 2018, reaching an all time high of 47.23 USD Billion in 2018 and a record low of 2.88 USD Billion in 1964.”

<sup>29</sup>O Índice de GINI é “um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza” (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

**Gráfico 3 - Índice de GINI na RDC (1965-2018)**



Nota: O eixo vertical representa o índice de GINI. O eixo horizontal representa o ano.

Fonte: Trading Economics, dados entre os anos de 1965 e 2018.

Por meio desse terceiro gráfico do Banco Mundial, se pode perceber o desenvolvimento do índice de GINI ao longo dos anos. Infelizmente, não se possui dados anteriores ao ano 2000 sobre essa mensurável. Por isso, podemos analisar que entre os anos de 2000 e 2008 há um resultado de 42.16. Entre os anos de 2008 e 2016 ocorreu uma sutil queda para o número de 42.1. Por isso, podemos notar uma desigualdade no país extremamente forte, e que o estabelecimento da MONUSCO pode ter contribuído para o desenvolvimento e melhoria dessa problemática. A população residente em favelas representa 74.8%, e a população que vive com menos de \$ 5,5 dólares por dia representa 97,8% (BANCO MUNDIAL, 2019).

Para finalizar, em 2 de outubro de 2017, a ONU divulgou outro relatório sobre a MONUSCO, o qual buscou trazer informações atuais da missão sobre sua situação e contribuição. Nesse relatório, o secretário geral da ONU, António Guterres, expressou:

69. A MONUSCO continuou seu apoio à manutenção de campos de programas em Kamina e Kitona, onde 458 ex-combatentes estão recebendo treinamento profissional e a implementação de 37 projetos de redução da violência na comunidade com um número projetado de 63.204 beneficiários, compostos principalmente por jovens em risco (53.820), bem como um grupo principal de ex-combatentes (5.160) no programa e mulheres vulneráveis (4.224). Também foram fornecidas necessidades básicas a 297 elementos das FDLR<sup>30</sup> e 1.075 de seus dependentes nos campos do programa de desarmamento voluntário de Kanyabayonga, Kivu do Norte e Walungu, Kivu do Sul, e no campo administrado pelo governo em Kisangani, Tshopo. Enquanto isso, também foi prestado apoio a 577 SPLM/A<sup>31</sup> em elementos de oposição acomodados pela MONUSCO no campo

<sup>30</sup>A sigla FDLR significa Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda.

<sup>31</sup>A sigla SPLM/A significa Movimento Popular de Libertação do Sudão.

de Munigi em Goma. A MONUSCO continua trabalhando para encontrar soluções individuais para os que estão no campo. (S/2017/824, 2017, p. 13, tradução nossa)<sup>32</sup>

Portanto, a presença da MONUSCO está associada a diversos desdobramentos positivos no país da República Democrática do Congo, os quais se podem visualizar em relatórios, resoluções e notícias da ONU. Esses desdobramentos envolvem a melhoria da qualidade de vida da população por meio da ajuda humanitária, segurança, desenvolvimento social, político e econômico. Porém, nos resta analisar as problemáticas e debilidades que a missão em si possui. É importante se questionar se realmente essa missão abarca todas as problemáticas locais e ajuda a reestruturar a região. Ou mesmo se, infelizmente, ela acaba por contribuir com o aumento de consequências e desdobramentos negativos para as mulheres.

### 3.2. IMPACTO NEGATIVO DA MISSÃO PARA MULHERES LOCAIS

No ano de 2005, a ONU divulgou um relatório que, certamente, mudou a visão internacional sobre a missão de paz MONUSCO nos âmbitos estatais, organizacionais, institucionais e sociais. Esse relatório intitulado de “Investigação do Escritório de Serviços de Supervisão Interna sobre alegações de exploração e abuso sexual na Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo”, oficializou os desdobramentos negativos da missão sobre a atuação de militares. Segundo Tickner:

Em vez de ver a capacidade militar como garantia contra ameaças externas ao estado, os militares são vistos como frequentemente antitéticos à segurança individual, particularmente à segurança das mulheres e de outros grupos vulneráveis. Além disso, as feministas estão preocupadas com o fato de o estresse contínuo na necessidade de defesa ajudar a legitimar um tipo de ordem social militarizada que supervaloriza o uso da violência estatal para fins domésticos e internacionais. (TICKNER, 2001, p. 4, tradução nossa)<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup>No original: “69. MONUSCO continued its support for sustaining programme camps in Kamina and Kitona, where 458 ex-combatants are receiving vocational training, and the implementation of 37 community violence reduction projects with a projected number of 63,204 beneficiaries, composed mostly of young people at risk (53,820), as well as a core group of ex-combatants (5,160) in the programme and vulnerable women (4,224). Basic needs were also provided to 297 FDLR elements and 1,075 of their dependents in the voluntary disarmament programme camps of Kanyabayonga, North Kivu, and Walungu, South Kivu, and the Government-managed camp in Kisangani, Tshopo. Meanwhile, support was also provided to 577 SPLM/A in Opposition elements accommodated by MONUSCO in Munigi camp in Goma. MONUSCO continues to work on finding individual solutions for those in the camp.”

<sup>33</sup>No original: “Rather than seeing military capability as an assurance against outside threats to the state, militaries are seen as frequently antithetical to individual security, particularly to the security of women and other vulnerable groups. Moreover, feminists are concerned that continual stress on the need for defense helps to legitimate a kind of militarized social order that overvalorizes the use of state violence for domestic and international purposes.”

Militares homens podem representar uma possível ameaça à mulheres e crianças em situações de risco, principalmente, em sociedades vulneráveis, em momentos hostis e de debilidades. O relatório de 2005 afirma que as investigações partiram de 72 casos de acusações de abuso e exploração sexual, em sua grande maioria advindos da MONUSCO. Após análise, se conclui que 68 casos envolveram pessoal militar, outros 44 casos foram encerrados, porque as vítimas e/ou testemunhas não puderam ser identificadas e, se conclui apenas 19 casos envolvendo pessoal militar. Porém, segundo o próprio relatório a “MONUC e o Departamento de Operações de Manutenção da Paz receberam os relatórios de 19 casos de ação. Em nenhum desses casos os peacekeepers admitiram o suposto contato sexual.” (A/59/661, 2005, p. 4, tradução nossa)<sup>34</sup>.

Torna-se visível que problemáticas de insegurança à mulheres transpassam por todos âmbitos da sociedade. É lamentável observar que mesmo uma organização de impacto global, como a ONU, a qual deveria zelar pelos direitos humanos em conjunto a todos os demais países, carece internamente de estruturas legais e seguras de proteção a humanidade. Principalmente, porque mesmo que situações de conflito causem sofrimento a toda a população afetada, as mulheres e as crianças, especificamente, são afetadas com efeitos de curto a longo prazo. A guerra traz consigo muitos efeitos negativos, o principal deles é o estupro regularmente utilizado como arma de guerra. Esse ato de estupro irá desencadear uma sequência de debilidades como a alienação, o trauma emocional, aumento de doenças sexualmente transmissíveis, como HIV (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019)<sup>35</sup>, e gravidez indesejada (FONTOURA, 2009, p. 24).

Além disso, é importante entender e ressaltar que as problemáticas de abuso e exploração sexual acontecem antes mesmo de missões de paz serem instauradas, por isso não deveriam ser tratadas como natural. Assim, essa problemática deveria ser observada como um fator primordial antes do estabelecimento da missão para que assim sejam efetuadas medidas de segurança e proteção a essas mulheres e crianças. Segundo Fontoura:

Quando a ONU chega a esses países, os problemas trazidos pela pobreza extrema, pela morte de membros masculinos das famílias e pelo deslocamento já levaram muitas mulheres a se engajarem em relações de “sexo de sobrevivência”, em que

---

<sup>34</sup>No original: “*MONUC and the Department of Peacekeeping Operations have received reports of the 19 cases for action. In none of those cases did the peacekeepers admit to the alleged sexual contact.*”

<sup>35</sup>“A aids é a doença causada pela infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV é a sigla em inglês). Esse vírus ataca o sistema imunológico, que é o responsável por defender o organismo de doenças” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

estas trocam relações sexuais por comida, por proteção, ou por outros favores, para elas mesmas e para suas famílias. (FONTOURA, 2009, p. 26)

É nesse contexto de pós-guerra que militares das missões de paz se beneficiam. Infelizmente, as mulheres e as crianças por estarem em uma situação de fragilidade e sem perspectivas de mudanças positivas acabam por se envolver com militares. Esse envolvimento, muitas vezes ocorre, primeiramente pelo recebimento de comida e/ou dinheiro e, em segundo momento pela proteção e segurança que esse militar representa para essas mulheres. Segundo o relatório da ONU de 2005:

16. A menina, V002B, que tinha 13 anos de idade, disse aos investigadores da OIOS que tinha tido relações sexuais com um soldado da MONUC que era conhecido por ela (PK3) no campo de Ndoromo em pelo menos quatro ocasiões. Ela relatou que ela e suas amigas iriam ao acampamento para fazer sexo com diferentes soldados. Ela afirmou que recebeu dinheiro entre US \$3 e US \$5 após cada encontro sexual. Outra vítima, V002A, que tinha 14 anos, confirmou a declaração do V002B. Ambas as vítimas foram capazes de identificar o soldado de fotografias e line-ups. O soldado foi entrevistado por investigadores da OIOS e negou qualquer envolvimento com mulheres ou meninas congolesas locais. (A/59/661, 2005, p. 6, tradução nossa)<sup>36</sup>

Por conseguinte, em resposta a essa demanda de proteção à mulher e crianças em missões de paz, a ONU iniciou processo de institucionalização de prerrogativas legais frente a comunidade internacional. A primeira delas é a resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, como já mencionada, é a primeira vez que se institui o gênero nas relações internacionais e situações de conflito. No mesmo ano, ocorreu a publicação do Relatório Brahimi apresentando sugestões detalhadas para o êxito das missões de paz, assim como, uma análise sobre a participação da mulher em missões de paz a partir de estudos na África do Sul, Bósnia e Herzegovina, Camboja, El Salvador, Kosovo e Namíbia (A/55/305-S/2000/809, 2000).

Nos anos seguintes foram publicadas as seguintes resoluções:

- Resolução 1820, em 2008, sobre Violência Sexual.
- Resolução 1888, em 2009, Protegendo mulheres e meninas da violência sexual.
- Resolução 1889, em 2009, Melhorando na participação de mulheres em processos de paz.

---

<sup>36</sup>No original: “16. The girl, V002B, who was 13 years old, told the OIOS investigators that she had had sex with a MONUC soldier who was known to her (PK3) at Ndoromo camp on at least four occasions. She reported that she and her friends would go to the camp to have sex with different soldiers. She stated that she had received cash ranging from \$3 to \$5 after each sexual encounter. Another victim, V002A, who was 14 years old, confirmed the statement of V002B. Both victims were able to identify the soldier from photographs and line-ups. The soldier was interviewed by OIOS investigators and denied any involvement with local Congolese women or girls.”

- Resolução 1960, em 2010, Reitera o apelo para acabar com a violência sexual.
- Resolução 2106, em 2013, Afirma uma “abordagem de integração” para a paz sustentável.
- Resolução 2242, em 2015, Estratégias e recursos a respeito da implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança.

Entretanto, mesmo com a institucionalização de resoluções e iniciativas que incluem a questão de gênero e igualdade entre mulheres e homens, principalmente em zonas de conflito, os números de abusos e exploração sexual seguem sendo alarmantes. Segundo a notícia da ONU, publicada em 18 de março de 2019:

As Nações Unidas registraram 259 acusações de exploração e abuso sexual em 2018, de acordo com relatório mais recente apresentado à Assembleia Geral pelo secretário-geral da ONU, António Guterres. Embora os números tenham aumentado em relação aos dois anos anteriores, o documento mostrou a existência de uma conscientização maior entre funcionários, além das melhorias nas ferramentas de denúncia. (ONU, 2019)

Assim sendo, se observa que o abuso e exploração sexual de homens à mulheres é algo naturalizado nas missões de paz. Porém, como já mencionado, esses também ocorrem muito antes da missão ser instaurada. Por isso, entender o porquê da existência desse comportamento persistir ao longo dos séculos é de extrema importância para entender suas possíveis soluções. Enloe, em 1989, discutiu em sua obra as causas das desigualdades de gênero entre mulheres e homens nas relações internacionais. Ela explicou que as condições prévias que essas mulheres possuem nas sociedades em que vivem estão relacionadas com a questão de gênero e seu espaço de agência internacional. Logo, se as mulheres não possuem as mesmas liberdades e direitos nacionalmente, essa característica irá refletir internacionalmente (ENLOE, 1989, p. 16). Segundo ela, se entende que o papel da mulher e do homem sempre foram muito diferentes:

Os homens são vistos como tendo as habilidades e os recursos de que o governo precisa para melhorar seu status internacional. Presume-se que sejam os diplomatas, eles são os comerciantes, os plantadores, os soldados. As mulheres se tornam os objetos de preocupação para os criadores da política externa, principalmente as "esposas" ... Elas são sem rosto, mas uma causa para ansiedade. Se gerenciadas corretamente, as mulheres podem ajudar o governo a alcançar seus objetivos internacionais. Se não forem efetivamente controladas, no entanto, podem causar sérios danos aos interesses globais de um governo. (ENLOE, 1989, p. 93, tradução nossa)<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup>No original: “Men and women have not been assigned equal weight in these governmental efforts to assert control. Men are seen as having the skills and resources that the government needs if its international status is

Por conseguinte, o entendimento de que mulheres e homens sempre ocuparam um lugar historicamente diferente na estrutura social explica a desigualdade de gênero. Explica, igualmente, a existência do efeito negativo das missões de paz, pois as instituições militares possuem uma cultura hegemônica masculina permitindo a criação de uma identidade de soldado com características apenas masculinas. A definição da masculinidade hegemônica, segundo os autores Tim Carrigan, Bob Connell and John Lee (1985), “é muito mais complexa do que sugerem os relatos... é antes uma questão de como grupos particulares de homens habitam posições de poder e riqueza e como eles legitimam e reproduzem as relações sociais que geram seu domínio” (CARRIGAN; CONNELL; LEE, 1985, p. 592, tradução nossa)<sup>38</sup>.

Autoras como Andrea Cornwall e Nancy Lindisfarne (1994) também contribuem para o entendimento dessa masculinidade. Segundo as autoras:

Vários modelos hegemônicos podem coexistir. Raramente, se é que alguma vez haverá, apenas uma masculinidade hegemônica operando em um cenário cultural. Em vez disso, em contextos diferentes, diferentes masculinidades hegemônicas são impostas enfatizando certos atributos, como capacidade física ou emocionalidade, sobre outros. E, é claro, diferentes masculinidades hegemônicas produzem diferentes variantes subordinadas. (CORNWALL; LINDISFARNE, 1994, p. 20, tradução nossa)<sup>39</sup>

Nas missões de paz, mulheres e homens não dispõem tão facilmente de qualidades femininas que são úteis e necessárias para a proteção da população (ALCHIN, 2015, p. ii). Rebelo defendeu que as mulheres nas forças armadas foram camufladas por esses estereótipos de gênero, porque se entende que mulheres não possuem naturalmente as características necessárias para ambientes de conflito como os homens, segundo ela:

Em muitas narrativas, os homens aparecem em funções de combate, enquanto as mulheres permanecem nas barracas, exercendo uma série de atividades consideradas como tarefas de apoio ou extensões dos afazeres domésticos – enfermeira, cozinheira, carregadora de água, entre outras. Essa “divisão sexual da guerra”, expressa na polarização dos papéis sexuais, implica na exclusão das mulheres das conversas de guerra e na dos homens das conversas de bebê. (REBELO, 2013, p. 821)

---

*to be enhanced. They are presumed to be the diplomats, they are the traders, the planters, the soldiers. Women loom up as objects of worry for the makers of foreign policy chiefly as 'wives'... If managed correctly, women as wives can help a government achieve its international objectives. If they aren't controlled effectively, however, they can do serious damage to a government's global interests."*

<sup>38</sup>No original: “hegemonic masculinity is far more complex than the accounts of essences... would suggest.... It is, rather, a question of how particular groups of men inhabit positions of power and wealth and how the legitimate and reproduce the social relationships that generate their dominance”.

<sup>39</sup>No original: “Various hegemonic models can coexist. Rarely, if ever, will there be only one hegemonic masculinity operating in an cultural setting. Rather, in different contexts, different hegemonic masculinities are imposed by emphasising certain attributes, such as physical prowess or emotionality, over others. And, of course, different hegemonic masculinities produce different subordinate variants”.

Para finalizar, se percebe que o impacto que as missões de paz causam à mulheres locais é interdependente a uma cultura de desigualdade de gênero presente em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na ONU, advinda de uma estrutura patriarcal histórica existente. Essa estrutura patriarcal é percebida quanto ao impacto na missão em números crescentes de assédios e abusos cometidos pelos militares, e a própria falta de representatividade feminina na gestão e treinamentos sobre as questões de gênero. De acordo com Alchin, isso ocorre porque “a presença das mulheres pode colocar toda a unidade em risco, pois as sociedades patriarcais nas quais elas são implantadas veem as mulheres como fracas; portanto, a unidade é percebida como um 'alvo fácil'.” (ALCHIN, 2015, p. 93, tradução nossa)<sup>40</sup>. Ademais, segundo o relatório de 29 de março de 2019, o secretário geral António Guterres afirmou:

Em 2018, a Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) documentou 1.049 casos de violência sexual em conflito com 605 mulheres, 436 meninas, 4 homens e 4 meninos. A maioria dos casos (741) foi atribuída a grupos armados, enquanto 308 foram atribuídos às Forças Armadas da República Democrática do Congo e à Polícia Nacional do Congo. Na maioria dos incidentes, mulheres e meninas eram alvejadas enquanto caminhavam para a escola ou recolhiam lenha ou água. Um quarto dos casos atribuídos à polícia congolese foi cometido enquanto as vítimas eram detidas em celas temporárias. (S/2019/280, 2019, p. 16, tradução nossa)<sup>41</sup>

Portanto, mesmo com a criação de normas e leis que visam proteger a comunidade local é notável os efeitos negativos das missões de paz para as mulheres e crianças. Assim, se faz necessário entender como essas mulheres estão agindo para responder aos atos de violência sofridos e, quais mecanismos essas utilizam para contribuir que suas vozes sejam ouvidas e soluções sejam implementadas e fiscalizadas.

### 3.3. ESPAÇO DE AGÊNCIA DAS MULHERES LOCAIS

Para iniciar, um dos principais focos desse estudo é analisar o espaço de agência das mulheres na missão de paz MONUSCO. Nesse primeiro momento, busca entender a real

---

<sup>40</sup>No original: “*Women’s presence may place the whole unit at risk as the patriarchal societies in which they are deployed view women as weak, therefore, the unit is perceived as a ‘soft target.’*”

<sup>41</sup>No original: “*In 2018, the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO) documented 1,049 cases of conflict-related sexual violence against 605 women, 436 girls, 4 men and 4 boys. Most of the cases (741) were attributed to armed groups, while 308 were attributed to the Armed Forces of the Democratic Republic of the Congo and the Congolese National Police. In most incidents, women and girls were targeted while walking to school or collecting firewood or water. A quarter of the cases attributed to the Congolese police were committed while victims were detained in temporary holding cells.*”

agência das mulheres locais, nesse contexto, as mulheres afetadas pela missão (objetos) e, a capacidade de responder e influenciar na criação de medidas que prezam por sua liberdade e dignidade. Sendo assim, se busca analisar e descobrir, como as mulheres locais estão se organizando historicamente para exercer sua agência e representar suas vozes.

Dessa forma, se percebe o número elevado de organizações e instituições internacionais que interagem e estão interconectadas na República Democrática do Congo, as quais trabalham em muitas esferas sociais como segurança, economia, política, direitos humanos, saúde, entre outros. Na esfera de direitos das mulheres e crianças, são reconhecidas, principalmente, a presença de mais de 20 organizações e instituições, como: a ONU, UNFPA (Fundo da População das Nações Unidas), ANISTIA Internacional, HRW (Human Rights Watch), ISS (International Institute of Social Studies), ICG (International Crisis Group), ENOUGH Project, SADC (Southern African Development Community), PRIO (Peace Research Institute Oslo), PeaceWomen, Trócaire (Development Agency of the Catholic Church in Ireland), HOLD DRC (Humanitarian Organization for Lasting Development, Democratic Republic of the Congo), SAFECO Insurance, USAID - IMA World Health, ACT for Congo, GNWP (Global Network of Women Peacebuilders), Hope for Our Sisters, Stichting Women's Initiatives for Gender Justice, IMPACT Transform, COOPI (Cooperazione Internazionale), Peace Direct, Congo Children Trust, International ALERT, SIDA (Swedish International Development Cooperation Agency).

Além disso, se observa que muitas organizações são iniciativas de outros países, os quais buscam abarcar muitos projetos de acordo com a demanda internacional. Porém, não se pode negar o fato de que a mobilização local é de extrema importância para que mudanças significativas e iniciativas sejam efetivas. Segundo Leymah Gbowee, vencedora do prêmio Nobel da paz e sobrevivente de guerra, o papel exercido por organizações internacionais que buscam estabelecer a paz é fundamental, porém, o papel exercido pela comunidade local é indispensável para a construção e manutenção de estruturas políticas e sociais pacíficas ao longo do tempo. Segundo ela:

Não se pode ir a outro país e traçar um plano para ele. O contexto cultural é tão diferente daquilo que a pessoa conhece que ela não vai entender nada do que vê. Eu jamais iria aos Estados Unidos pretendendo saber o que acontece por lá, mesmo quanto à cultura afro-americana. As pessoas que passaram por um conflito horrível podem estar famintas e desesperadas, mas não são estúpidas. Quase sempre têm boas ideias sobre como a paz pode ocorrer e devem ser consultadas. Isso inclui mulheres. Especialmente as mulheres. (GBOWEE, 2011, p.218)

Sendo assim, o projeto denominado “Construindo esperança e oportunidades para mulheres na República Democrática do Congo” financiado pela agência SIDA em parceria com a organização Trócaire busca desenvolver a paz e igualdade de gênero na província de Ituri. Segundo a publicação sobre a criação do projeto:

A desigualdade de gênero é um problema sério para o país. As mulheres ocupam apenas 8% dos assentos no parlamento. Apenas 37% das mulheres adultas atingiram pelo menos um nível secundário de educação. Isto é comparado com 66% para os homens. Além disso, o estupro tem sido amplamente utilizado como arma de guerra entre grupos armados na RDC. (TRÓCAIRE, 2019, tradução nossa)<sup>42</sup>

Também é importante ressaltar o projeto “Promovendo igualdade de gênero na República Democrática do Congo”, o mesmo sendo gerido pela Trócaire e SIDA. O projeto busca fortalecer a sensação de segurança das mulheres em espaços domésticos e públicos, aumentar o empoderamento econômico das mulheres e sua presença nas estruturas de tomadas de decisões, melhorar a prestação de serviços, aumentar o número de mulheres nas áreas de advocacia, reintegrar social e/ou economicamente e, prestar serviços de saúde física e mental (TRÓCAIRE, 2018). Ademais, em parceria com a IMPACT, mulheres locais de comunidades diferentes estabeleceram a Rede para o Empoderamento das Mulheres nas Comunidades Mineiras (REAFECOM). Essa rede se define por ser a primeira associação de mulheres mineiras na província de Ituri. Segundo o relatório de 2018:

62 mulheres fundaram a associação que visa representar seus interesses como mulheres mineiras artesanais, com o objetivo de promover os direitos das mulheres em suas comunidades. O grupo tem como objetivo melhorar as condições de vida das mulheres, promover seu direito e aumentar o acesso aos serviços sociais e criar solidariedade... Como parte de seus esforços para acabar com a violência de gênero, o grupo também começará a documentar casos de violência sexual nas comunidades e a trabalhar com organizações locais para garantir que os sobreviventes acessem os serviços necessários. (IMPACT, 2018, tradução nossa)<sup>43</sup>

Desse modo, se nota a grande importância do trabalho dessas organizações em conjunto com a comunidade local. Por isso, outro grande expoente no desenvolvimento humano e, principalmente, nas questões de igualdade de gênero é a SADC. Estabelecida em 1992, ela atua como organização intergovernamental e tem como objetivo promover o

---

<sup>42</sup>No original: “*Gender inequality is a serious issue for the country. Women hold only 8% of seats in parliament. Only 37% of adult women have reached at least a secondary level of education. This is compared with 66% for men. Furthermore, rape has been in widespread use as a weapon of war amongst armed groups in the DRC.*”

<sup>43</sup>No original: “*62 women have founded the association which aims to represent their interests as women artisanal miners, with a goal of promoting women’s rights in their communities. The group aims to improve living conditions for women, promote their right to and increase access to social services, and build solidarity ... As part of their efforts to end gender-based violence, the group will also begin documenting cases of sexual violence in the communities and working with local organizations to ensure survivors access needed services.*”

crescimento econômico e sustentável, a cooperação e integração e, a paz e a segurança entre quinze Estados Membros da África Austral. Em 8 de setembro de 1997, a SADC firmou a Declaração de Gênero e Desenvolvimento. O documento possui como compromisso integrar o gênero e eliminar suas discriminações por meio do estabelecimento de estruturas políticas e institucionais que avancem nas temáticas de igualdade de gênero, direitos humanos e de proteção, e sistemas que monitorem o desenvolvimento dos países da região. Portanto, afirma em seu preâmbulo:

NÓS, Chefes de Estado ou Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral: i) Os Estados Membros afirmam no Tratado da SADC {Artigo 6(2)} não discriminar qualquer pessoa ou grupos de gênero, entre outros; ii) Todos os Estados Membros da SADC assinaram e ratificaram ou já aderiram a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres das Nações Unidas (CEDAW), ou estão no estágio final de fazê-lo. E, estamos convencidos que: i) Igualdade de gênero é um direito humano fundamental; ii) Gênero é uma área em que já existe um acordo considerável e onde há benefícios substanciais a serem obtidos com uma cooperação regional mais estreita e ação coletiva. (SADC, 1997, p. 2, tradução nossa)<sup>44</sup>

Em agosto de 2008, a SADC assinou o Protocolo de Gênero e Desenvolvimento. O Protocolo tem como objetivos reafirmar a eliminação sobre a discriminação, alcançar a igualdade de gênero e prover o empoderamento feminino por meio da implementação de políticas, legislações e programas sociais. Ademais, procura manter a concordância e sinergia com iniciativas importantes como a CEDAW<sup>45</sup>, a Resolução 1325 do CSNU sobre mulheres, paz e segurança, o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Declaração de Pequim e a sua Plataforma de Ação (SADC, 2008, p. 5).

Portanto, é notável a importância da participação de mulheres locais na tomada de decisão e implementação de leis e projetos que buscam reafirmar a igualdade de gênero. Essas como objetos da missão, tem o papel fundamental, não somente de receber, mas também de agir e dar resposta frente a essa problemática. Ademais, a próprio contexto de formação da

---

<sup>44</sup>No original: “*WE, the Heads of State or Government of the Southern African Development Community: i) Member States undertook in the SADC Treaty {Article 6(2)} not to discriminate against any person on the grounds of gender, among others; ii) All SADC member states have signed and ratified or acceded to the UN Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (CEDAW), or are in the final stages of doing so. Convinced that: i) Gender equality is a fundamental human right; ii) Gender is gender is an area in which considerable agreement already exists and where there are substantial benefits to be gained from closer regional cooperation and collective action.*”

<sup>45</sup>A Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW) é um tratado internacional aprovado em 1979 pela Assembléia Geral da ONU.

missão e organizações ser constituído por mulheres contribui para o entendimento e confiança entre as mesmas. Segundo Alchin, as mulheres locais se sentem mais confiantes a participar de processos políticos e comerciais quando existe a participação de mulheres como peacekeepers, apesar de ser ainda hoje ser a minoria (ALCHIN, 2015, p. 57). Ela afirmou que:

Como as discussões revelaram, a coleta de informações se mostrou difícil, pois as mulheres locais abordavam as forças de manutenção da paz por necessidades materiais e não por questões de segurança. Aqui, a sociedade patriarcal também pode desempenhar um papel, pois as mulheres locais não vêem as forças de paz como capazes de lidar com suas necessidades de segurança, porque nunca testemunharam mulheres em posições de autoridade. (ALCHIN, 2015, p. 82)<sup>46</sup>

Para finalizar, se entende a existência da luta pelo espaço igualitário das mulheres internacionalmente. Isso pode ser observado pelas inúmeras estruturas e iniciativas criadas para dar voz a esse movimento que abrange todas as camadas sociais. Assim, se percebe o aumento do espaço de agência das mulheres, principalmente, em missões de paz. Porém, na realidade, há muitos desafios e entraves que dificultam esse processo sendo o maior deles a estrutura patriarcal cultural que nos é instituída e educada, por meio da manutenção de comportamentos e regras sociais. As missões acabam por limitar o espaço de agência das mulheres locais devido a falta de resoluções, treinamentos e fiscalização que priorizem a igualdade de gênero e de direitos humanos. Por conseguinte, a luta feminina pela igualdade de gênero e direitos humanos continua. Segundo Leymah Gbowee, “não há tempo para descansar até que nosso mundo alcance a totalidade e o equilíbrio, onde todos os homens e mulheres são considerados iguais e livres”.

### 3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O presente estudo buscou analisar a missão de paz MONUC/MONUSCO relaciona às mulheres locais apresentando seus pontos positivos, pontos negativos e os limites do espaço de agência dessas mulheres. Portanto, se percebe por meio dos principais indicadores de desenvolvimento (IDH, PIB, índice de GINI) que a presença da missão está associada ao desenvolvimento de indicadores sociais e econômicos. Entretanto, ao mesmo tempo que a missão parece ter contribuído para o desenvolvimento positivo, ela também contribuiu para inúmeros aspectos negativos para a população local, principalmente, as mulheres. O número

---

<sup>46</sup>No original: “*As the discussions revealed, intelligence collection proved difficult as local women would approach women peacekeepers for material needs rather than security issues. Here, the patriarchal society may also play a role, as local women do not see women peacekeepers as capable of handling their security needs because they have never witnessed women in such authoritative positions.*”

de casos de abuso e exploração social por parte dos militares homens da missão frente a crianças e mulheres aumentou durante os anos devido a falta de efetividade de iniciativas, resoluções, treinamentos, supervisão e fiscalização perante os direitos humanos dessa população. Mais que resoluções e treinamentos, se é necessário a fiscalização e o incentivo a políticas de proteção a mulher e de igualdade de gênero. Para finalizar, o espaço de agência que essas mulheres possuem é limitado novamente pela estrutura patriarcal presente, desde os postos de liderança locais que podem exercer até a abertura e segurança limitada que sentem frente ao baixo número de peacekeepers mulheres na missão.

## 4. IMPACTO POSITIVO E NEGATIVO DA MISSÃO, E ESPAÇO DE AGÊNCIA DAS MULHERES GESTORAS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma análise da missão de paz MONUC/MONUSCO relacionada às mulheres gestoras da missão. Portanto, busca entender o impacto positivo da missão para as mulheres gestoras, o impacto negativo para as mulheres gestoras e o espaço de agência que essas mulheres possuem nesse contexto social. Para iniciar, será discutido o efeito positivo da missão de paz na região afetada, por meio da abertura e criação de normas, treinamentos e regulamentações que protegem e dão espaço de agência para as mulheres. Assim como, o crescimento da representatividade e papel na construção e manutenção da missão. Posteriormente, será discutido o efeito negativo da missão de paz com enfoque ao baixo número de mulheres gestoras, a falta de treinamentos sobre igualdade de gênero e o assédio sexual por parte dos colegas masculinos. Por fim, será feita a análise do espaço de agência dessas mulheres frente a missão. Esse espaço de agência será entendido como a capacidade de ajudar a construir a missão, cargos a frente da missão, papéis de direção, efetivação da missão e preparação das tropas (conscientização de gênero). Logo, busca fazer uma análise da missão na qual entende que uma das principais causas da desigualdade de gênero é a própria estrutura patriarcal existente.

### 4.1. IMPACTO POSITIVO DA MISSÃO PARA MULHERES GESTORAS

No período da Guerra Fria, as primeiras missões de paz da ONU eram compostas majoritariamente por homens e, nesse primeiro momento, eram missões com o objetivo específico de monitoramento do cessar-fogo e supervisão de retirada de tropas. Com o passar do tempo, a resolução de conflitos passa a ser multidimensional e tem por objetivo contribuir para a esfera política, econômica e humanitária das regiões afetadas (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 2). As missões mantém seu caráter militar, mas adquirem novos contingentes como o civil e o policial, e nesse contexto, a presença feminina começa a fazer parte do trabalho (REBELO, 2013, p. 820). Segundo Rebelo:

Os pronunciamentos e documentos da ONU indicavam o comprometimento da Organização com o alcance do equilíbrio de gênero (50:50) em todas as posições profissionais, incluindo aquelas envolvidas com as operações de paz. Por exemplo, na Resolução n. 47/226, de abril de 1993, a Assembleia Geral chama atenção para a urgência de medidas para impedir restrições ou discriminações sexistas no recrutamento, nomeação e promoção de homens e mulheres dentro das Nações Unidas. (REBELO, 2013, p. 824)

Na década de 2000, se inicia a criação e implementação de inúmeros relatórios e resoluções que incitam a igualdade de gênero e o papel da mulher nas relações internacionais, principalmente, nas missões de paz. Nesse contexto, como já mencionado nesse estudo, surgem a resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, o Relatório Brahimi, o estudo nomeado de “Women 2000: The role of Women in United Nations Peacekeeping”, o relatório nomeado “Integrating a Gender Perspective into the Work of the United Nations Military in Peacekeeping Operations”.

Em 2010, o Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Avanço da Mulher (INSTRAW), órgão responsável por promover, apoiar e capacitar sobre a temática do gênero mediante mecanismos e parcerias com governos, agências e a sociedade civil da ONU, por meio do programa Gênero, Paz e Segurança, divulgou o relatório “Women with a Blue Helmet” (INSTRAW, 2010, p. 1). Segundo esse relatório, a integração do gênero nas missões de paz é essencial para o sucesso da missão, porque “responde a diferentes necessidades de segurança dentro da sociedade, melhora a efetividade da operação, cria uma missão representativa, fortalece os componentes civis da missão, fortalece a supervisão democrática” (INSTRAW, 2010, p. 9, tradução nossa)<sup>47</sup>. Ademais, sobre a MONUSCO, o relatório descreve:

A Unidade de Gênero da Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) assume um papel proativo na integração do gênero nas atividades da missão, trabalhando em estreita colaboração com o Ministério de Gênero, Família e Crianças de governos, outras agências das Nações Unidas, ONGs e organizações da sociedade civil no país. (INSTRAW, 2010, p. 10, tradução nossa)<sup>48</sup>

Destarte, para fundamentar a representatividade feminina e sua inclusão nas relações internacionais, especificamente nas missões de paz, se utilizará da análise de dados gráfica. Por meio dos relatórios mensais da ONU, se poderá observar a representatividade feminina e masculina nas missões no período que abrange os anos de 2006 a 2019. Além disso, se utilizará a análise do efetivo militar, o qual se subdivide em especialistas, tropas e staff; e

---

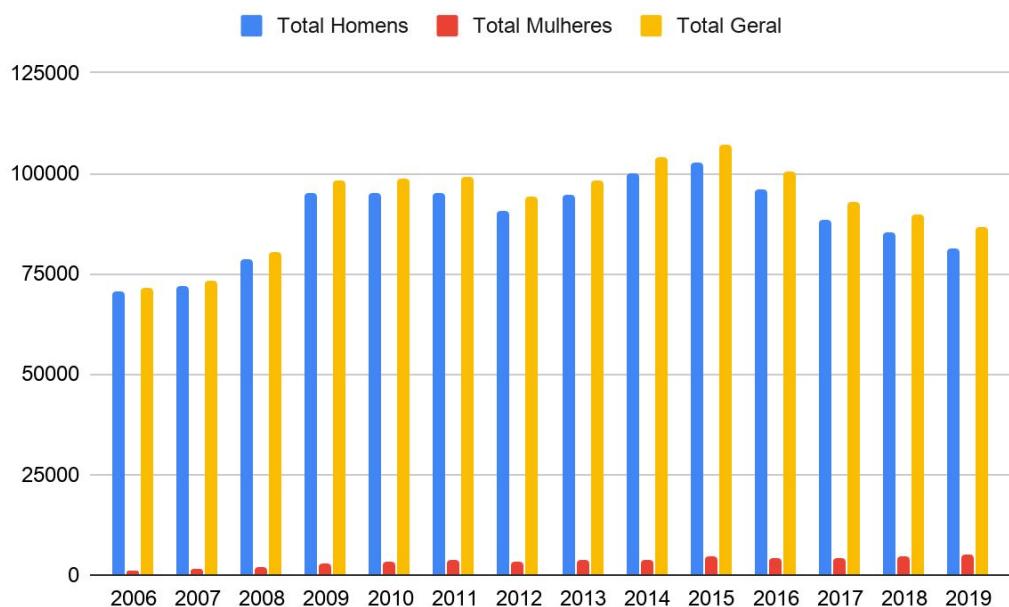
<sup>47</sup>No original: “*Respond to different security needs within society, improve operational effectiveness, create a representative mission, strengthen civil components of the mission, strengthen democratic oversight.*”

<sup>48</sup>No original: “*The Gender Unit of the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUC) takes a proactive role in mainstreaming gender in the mission’s activities, working closely with the government’s Ministry of Gender, Family and Children, other UN agencies, NGOs and civil society organizations in the country.*”

análise do efetivo policial com sua subdivisão em unidade formada (FPU) e administrativo individual (IPO) (ONU, 2019)<sup>49</sup>.

Para iniciar, os dados representados compreendem os períodos de janeiro a dezembro de cada ano, com exceção do ano de 2019 que irá compreender os meses de janeiro a julho. A primeira análise apresenta o crescimento total ao longo dos anos do efetivo feminino e efetivo masculino em todas missões de paz da ONU atuantes. Gráfico 1, efetivo total:

**Gráfico 1 - Missões de paz da ONU: Efectivo total (2006-2019)**



Nota: O eixo vertical representa o efetivo total. O eixo horizontal representa o ano.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ONU (2019).

<sup>49</sup>Efetivo militar: “Todos os contingentes militares e oficiais militares que atuam em Missões de Manutenção da Paz das Nações Unidas ou em Missões Políticas Especiais, incluindo Oficiais de Ligação Militar, Observadores Militares e oficiais do Estado Maior.”.

Especialistas: Efetivo militar composto por oficiais e cargos de altos escalão.

Tropas: Efetivo militar de campo.

Staff: “Contingente gerado, destacado e viajado em capacidade individual mediante indicação por uma Missão Permanente e seleção pelo Gabinete do Conselheiro Militar, para desempenhar funções especializadas no Quartel General ou estrutura militar, civil ou policial integrada.”

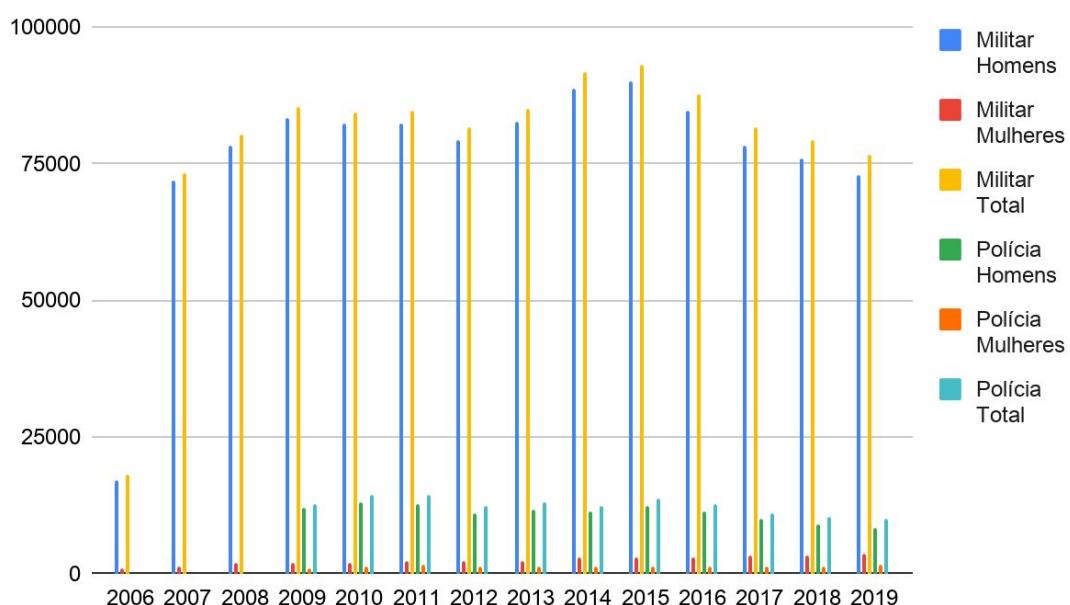
Efetivo policial: “Todos os policiais das Nações Unidas que atuam em Missões de Manutenção da Paz das Nações Unidas ou em Missões Políticas Especiais, incluindo equipes especializadas da polícia, unidades policiais formadas e policiais individuais.”

Unidade Policial Formada (FPU): “Unidades policiais móveis coesas, fornecendo apoio às operações das Nações Unidas e garantindo a segurança do pessoal e missões das Nações Unidas, principalmente na gestão da ordem pública.”

Administrativo Policial Individual (IPO): “Polícia ou outro pessoal encarregado da aplicação da lei designado para servir com as Nações Unidas destacado pelos Estados Membros a pedido do Secretário-Geral.”

Pode-se notar que as missões de paz possuem papel fundamental atuante e, possuem variância no efetivo total entre 75 mil a mais de 100 mil pessoas. Ademais, é visível a diferença na representatividade entre o efetivo feminino e masculino, mas se nota que no decorrer dos anos o efetivo masculino diminuiu e o efetivo feminino aumentou em números absolutos. A totalidade de efetivos se subdivide em setor militar e setor policial, por isso, se poderá observar essa representação no seguinte gráfico. Gráfico 2, por setor:

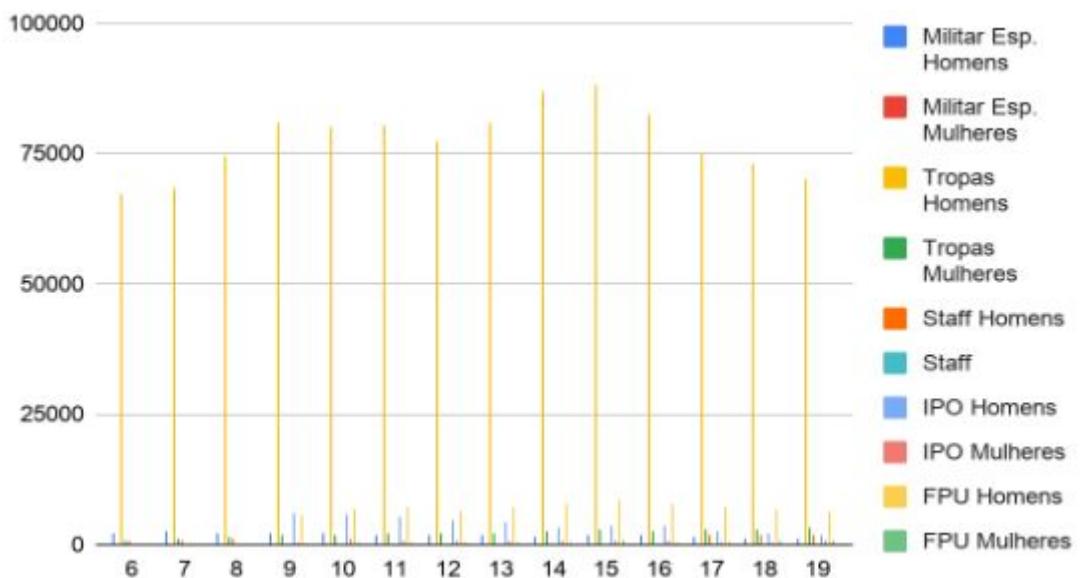
**Gráfico 2- Missões de paz da ONU: Efetivo por setor (2006-2019)**



Nota: O eixo vertical representa o efetivo total. O eixo horizontal representa o ano.  
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ONU (2019).

Neste segundo gráfico se observa que o efetivo militar se sobressai ao efetivo policial ao longo dos anos. Ademais, é importante ressaltar que dados do efetivo policial só serão representados a partir do ano 2009, nesse sentido, é válido lembrar que as primeiras missões de paz possuíam apenas caráter militar e, somente com o decorrer dos anos e do entendimento das mudanças internacionais, adquiriu outras esferas de participação. Por fim, para compreender detalhadamente a representatividade nesses efetivos, se poderá observar no seguinte gráfico as subdivisões por funções. Gráfico 3, por função:

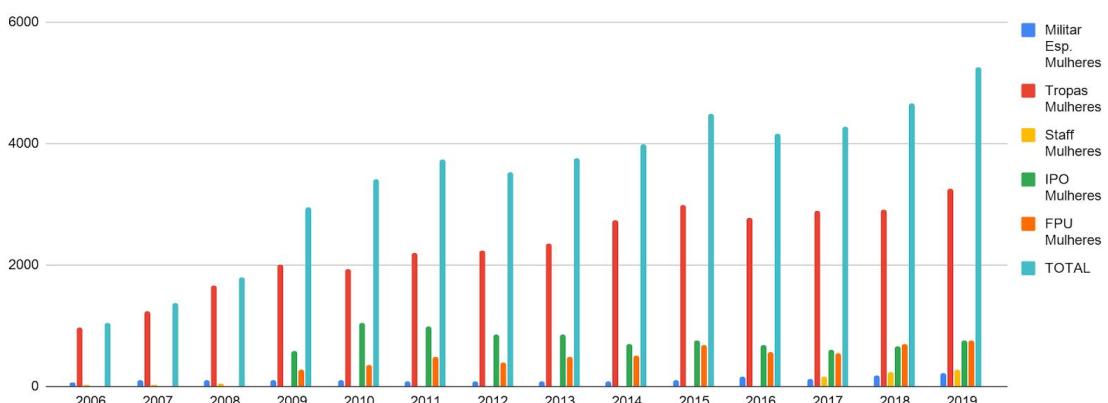
**Gráfico 3- Missões de paz da ONU: Efetivo por função (2006-2019)**



O eixo vertical representa o efetivo total. O eixo horizontal representa o ano.  
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ONU (2019).

Dessa maneira, nesse terceiro gráfico, se entende que o efetivo militar se subdivide em especialistas, tropas e staff. O efetivo policial se subdivide em unidade formada e administrativo individual. Além disso, a representatividade militar na função tropas apresenta maior número total e, a representatividade policial possui maior número a unidade formada. Por fim, nota-se a maior representação em tropas masculinas, e a participação crescente feminina em todas as funções ao longo dos anos. Por isso, para entender especificamente em quais setores e funções as mulheres atuam com maior representatividade se poderá observar no seguinte gráfico. Gráfico 4, mulheres por função:

**Gráfico 4- Missões de paz da ONU: Efetivo mulheres por função (2006-2019)**

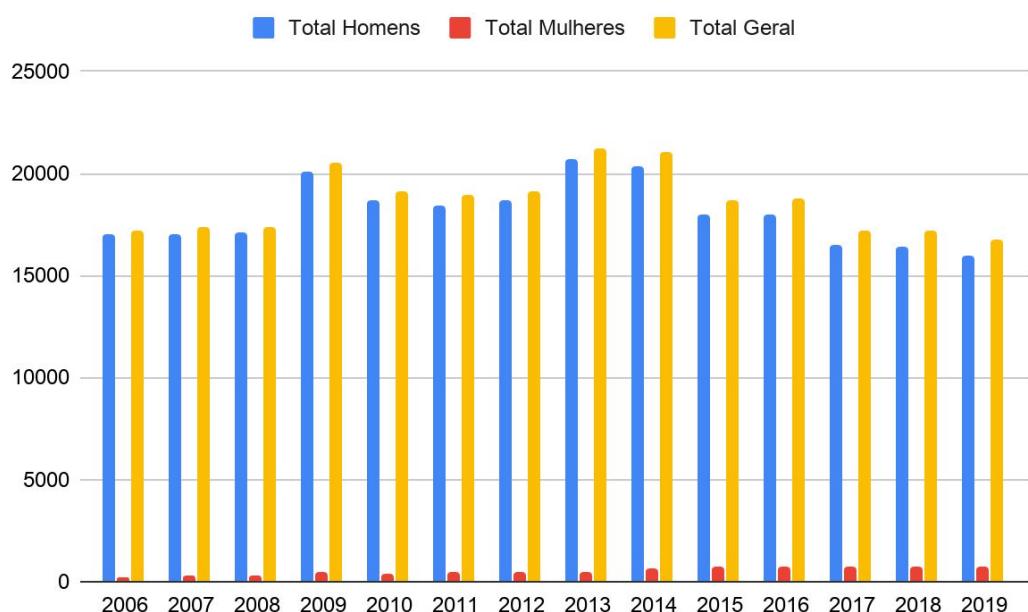


O eixo vertical representa o efetivo total. O eixo horizontal representa o ano.  
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ONU (2019).

Por fim, o gráfico acima é o mais relevante para compreender a representatividade feminina e seu aumento com o decorrer dos anos. Logo, é extremamente importante entender que essa representatividade aumentou ao longo dos anos em conjunto com as normas, treinamentos e resoluções criadas na ONU, todas com o objetivo de contribuir com a igualdade de gênero dentro da organização e em suas missões atuantes. Além disso, se pode observar que sua maior atuação ocorre na função de tropas militares e em segundo momento nas unidades policiais formadas. É notável que há uma diferença larga em relação ao efetivo masculino, porém, é notável também o aumento na participação feminina. Em 2006 o efetivo feminino total beirava a mil mulheres, já em 2019 ultrapassa a 5 mil mulheres.

Em vista disso, como o trabalho busca entender a representatividade feminina e sua atuação da missão de paz MONUSCO, irá analisar por meio de dados quantitativos como ela se apresenta ao longo dos anos. Por meio dos mesmos relatórios mensais da ONU, se poderá observar a representatividade feminina e masculina na MONUSCO no período que abrange os anos de 2006 a 2019. Novamente as análises gráficas representadas compreendem os períodos de janeiro a dezembro de cada ano, com exceção do ano de 2019 que irá compreender os meses de janeiro a julho.

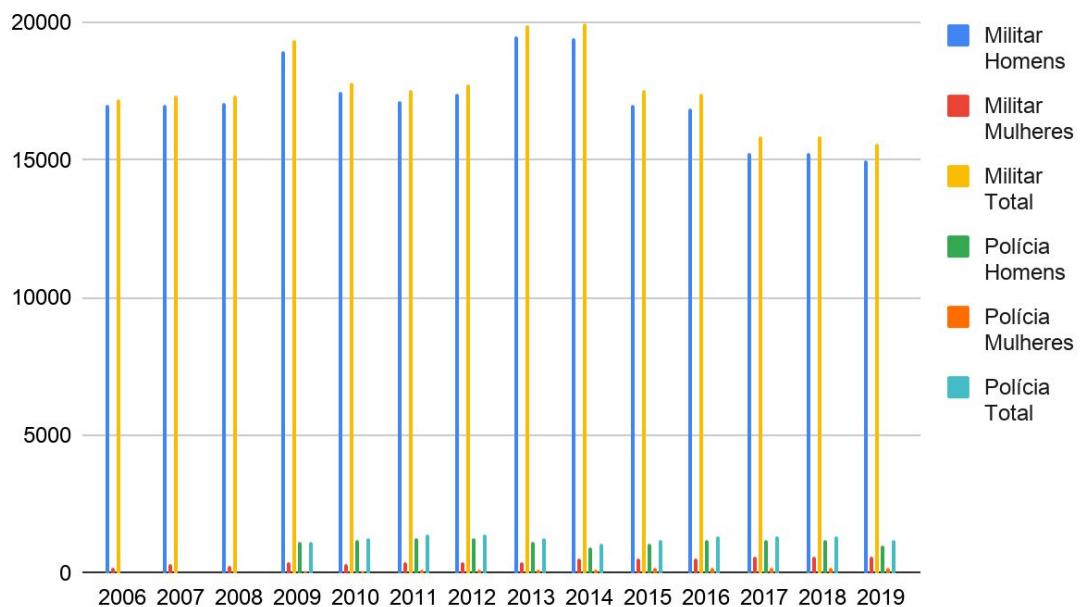
**Gráfico 1 - MONUSCO: Efetivo total (2006-2019)**



O eixo vertical representa o efetivo total. O eixo horizontal representa o ano.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ONU (2019).

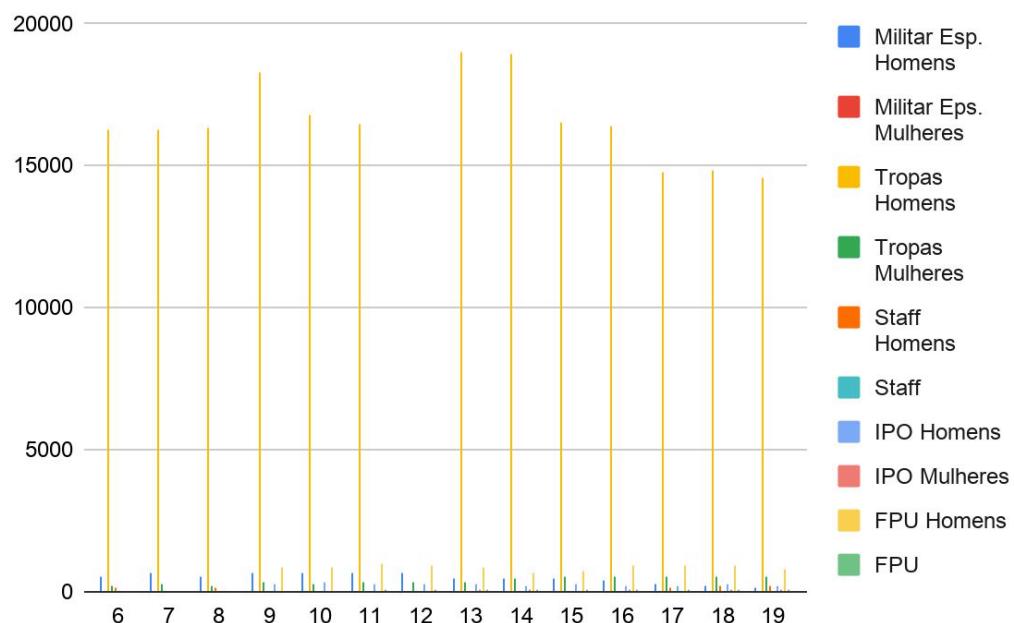
**Gráfico 2 - MONUSCO: Efetivo por setor (2006-2019)**



Nota: O eixo vertical representa o efetivo total. O eixo horizontal representa o ano.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ONU (2019).

**Gráfico 3 - MONUSCO: Efetivo por função (2006-2019)**



Nota: O eixo vertical representa o efetivo total. O eixo horizontal representa o ano.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ONU (2019).

**Gráfico 4 - MONUSCO: Efetivo mulheres por função (2006-2019)**



Nota: O eixo vertical representa o efetivo total. O eixo horizontal representa o ano.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de ONU (2019).

As principais conclusões dos dados quantitativos sobre a representatividade na MONUSCO não diferem da análise total das missões, mas de qualquer forma é importante ressaltar suas conclusões. Essas são:

1- O efetivo total masculino supera o efetivo total feminino. Porém, assim como em todas as missões de paz da ONU, ao longo dos anos o efetivo masculino diminuiu em números abrindo espaço para o aumento do efetivo feminino.

2- O efetivo militar supera o efetivo policial até os dias de hoje. As tropas masculinas possuem a maior representatividade em números.

3- A representatividade feminina é crescente ao longo dos anos, principalmente em tropas militares e unidades policiais formadas, ou seja, atividades operacionais.

#### **4.2. IMPACTO NEGATIVO DA MISSÃO PARA MULHERES GESTORAS**

Esta sessão se encarregará de analisar, por meio do aprofundamento da análise anterior, os limites da representação feminina frente a masculina ao longo dos anos nas missões de paz, especialmente na MONUSCO.

No ano de 2006, a missão MONUSCO possuía em seu efetivo total 17 mil pessoas, às quais 1% eram mulheres e 99% homens. Atualmente, no ano de 2019, nessa mesma representatividade total, o efetivo feminino alcança 5% de representação e o masculino 95%.<sup>50</sup> Nesse sentido, se observa a grande desigualdade de gênero entre mulheres e homens por meio da representatividade na missão em todos efetivos e setores. Dessa forma, a representação

<sup>50</sup> Análise do Gráfico 1 - MONUSCO: Efetivo total (2006-2019).

militar e policial dos efetivos masculinos superam o efetivo feminino, exemplo disso, atualmente o efetivo militar total possui 17.600 pessoas e apenas 600 são mulheres, já o efetivo policial representa 1.200 pessoas, sendo 180 mulheres.<sup>51</sup> Assim, se percebe que apesar do efetivo policial possuir menor número comparado com o militar, as mulheres continuam possuindo grandes limitações em sua participação e representatividade.

Além disso, no que se refere ao efetivo feminino na missão, esse possui dados em 2006 com a participação de 200 mulheres, e atualmente, em 2019, quase alcança 800 mulheres.<sup>52</sup> Essas mulheres atuam em todos os setores presentes na missão, mesmo que em números muito reduzidos. Como analisado, essa problemática ocorre em todas as missões de paz da ONU, por isso, é questionável os métodos de implementação de todas as políticas, resoluções e treinamentos deliberados pela organização. Portanto, entender o porquê existem esses limites de atuação e representação, e os benefícios da participação das mulheres como agentes da missão é uma análise qualitativa fundamental para observar seu real espaço de agência e encontrar possíveis respostas e soluções de mudança.

A limitação de gestão pode ser observada por meio do número de mulheres presentes e os cargos que essas podem assumir nas missões. Mas também, Rebelo e Whitworth, já mencionaram em seus estudos outros fatores que limitam essa participação como a intimidação e a baixa representatividade das mulheres nas missões. Segundo Whitworth:

No entanto, ao mesmo tempo em que as mulheres são documentadas como ativamente envolvidas em campanhas informais, elas geralmente são ignoradas quando os processos formais de paz começam, raramente são convidadas para 'mesas de paz' formais e são normalmente excluídas dos programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) que apresentam aos combatentes acesso a oportunidades de educação, treinamento e emprego. (WHITWORTH, 2008, p. 111, tradução nossa)<sup>53</sup>

Por conseguinte, mesmo que nesse ambiente, se possa existir a participação feminina, essa é constrangida por possíveis assédios por parte dos colegas masculinos, não apenas no que concerne a sexualização do corpo, mas também devido ao papel hegemônico masculino, por meio de comportamentos tradicionalmente aceitos nesse ambiente (REBELO, 2013, p. 823).

---

<sup>51</sup> Análise do Gráfico 2 - MONUSCO: Efetivo por setor (2006-2019).

<sup>52</sup> Análise do Gráfico 4 - MONUSCO: Efetivo mulheres por função (2006-2019).

<sup>53</sup>No original: “*However, at the same time that women have been documented as being actively involved in informal campaigns, they are usually ignored when formal peace processes begin, they are rarely invited to formal ‘peace tables’ and are normally excluded from disarmament, demobilization and reintegration (DDR) programmes which give former combatants access to educational, training and employment opportunities.*”

Para finalizar, no relatório INSTRAW mostra que ainda hoje as posições de alta autoridade nas missões não são facilmente acessíveis para as mulheres. A tardia admissão de mulheres nos exércitos, tem como consequência a baixa experiência militar, sendo um requisito fundamental para ter acesso a posições e cargos de alto escalão na ONU e suas missões. Segundo o relatório:

No raro evento em que uma mulher é escolhida para trabalhar nas forças armadas, ela costuma ser designada para papéis mais seguros, menos visíveis ou menos "sérios", em vez de tomar decisões ou posições na linha de frente. Algumas missões fizeram progressos nessa área, mas muito mais precisa ser feito, especialmente nos altos escalões das forças armadas e da polícia. (INSTRAW, 2010, p. 14, tradução nossa)<sup>54</sup>

#### 4.3. ESPAÇO DE AGÊNCIA DAS MULHERES GESTORAS

Inicialmente, se percebe que atualmente as mulheres estão adquirindo um papel muito importante e relevante nas relações internacionais, principalmente, nas missões de paz. Nesse sentido, com o aumento de políticas e resoluções que preveem a proteção da mulher e o acesso a oportunidades e representatividade em organizações e instituições, ajuda a contribuir para o aumento do espaço de agência feminino e igualdade de gênero. Segundo o relatório "Women with a Blue Helmet" do INSTRAW, as mulheres possuem papel fundamental nas missões, porque facilitam a comunicação e, possuem acesso relevante na coleta de informações, as quais irão contribuir para o julgamento de crimes internacionais como crimes contra a humanidade, crimes de guerra, genocídio e violência de gênero (INSTRAW, 2010, p. 21). Rebelo ainda destaca elementos importantes na representação feminina em missões de paz, segundo ela:

Similarmente, o Departamento de Operações de Paz (DPKO) – organismo da ONU para assuntos de manutenção da paz – defende que as mulheres ajudam a reduzir conflitos e confrontos; facilitam o acesso e apoio às mulheres locais, principalmente em lugares onde os homens não podem conversar com indivíduos do sexo feminino; favorecem o empoderamento da mulher na comunidade; ajudam a criar ambientes mais seguros e menos violentos; reforçam o comprometimento da ONU com a diversidade, inclusão e igualdade de gênero; e agem como modelos locais, inspirando mulheres e meninas em sociedades dominadas por homens para lutarem pela participação nos processos de paz. (REBELO, 2013, p. 826)

---

<sup>54</sup>No original: *"In the rare event that a woman is chosen to work in the military, she often is assigned to safer, less visible or less "serious" roles rather than decision-making or front line positions. A few missions have made progress in this area, but much more has to be done, especially in the senior levels of the military and police."*

Por conseguinte, o relatório do INSTRRAW, apresenta relatos de mulheres peacekeepers e sua perspectiva quanto a igualdade de gênero dentro das missões de paz da ONU. Em sua grande maioria, as mulheres acreditam que a presença e representatividade de mulheres nas missões contribui positiva e significativamente, além de defenderem a existência de tropas mistas para a efetividade e sucesso da missão. No relatório:

Relato 1: Shobha acredita que, tanto quanto possível, mulheres e homens nas operações de manutenção da paz devem cumprir as mesmas tarefas. Ela disse que não se trata de homens ou mulheres serem melhores em determinadas tarefas que o outro gênero, mas que o que é necessário é um esforço coletivo. As equipes mistas podem ter mais sucesso porque podem enfrentar e resolver uma série de situações que podem levar a resultados mais positivos. Ela citou as patrulhas comunitárias como um ambiente para equipes mistas terem um impacto significativo. Ela sentia que sua presença nessas patrulhas fazia as meninas e mulheres se sentirem mais confortáveis para buscar ajuda. (INSTRRAW, 2010, p. 20, tradução nossa)<sup>55</sup>

Relato 2: Na República Democrática do Congo, onde a maioria das atrocidades foram cometidas por homens nas forças armadas, a presença de mulheres facilita a comunicação, o compartilhamento de informações e a solução de problemas das vítimas. Uma pessoa estuprada se sentirá mais confiante com uma mulher do que com um homem. Mulher africana peacekeeper na MONUC. (INSTRRAW, 2010, p. 18, tradução nossa)<sup>56</sup>

Apesar disso, mesmo com tantos aspectos positivos frente a presença de mulheres nas missões de paz, se percebe muitos efeitos negativos quanto a participação e representatividade das mesmas ocasionando a limitação de seu espaço de agência. A divisão de oportunidades e trabalhos entre mulheres e homens se expressam por meio de estruturas organizacionais e institucionais complexas que representam fatores culturais históricos patriarcais. A crença de que os homens são mais corajosos e fortes inferioriza as mulheres e, acaba por limitar o papel feminino de atuar em diversas áreas (REBELO, 2013, p. 822-823).

O relatório do INSTRRAW, afirma que a falta de representatividade de mulheres em missões advém da falta de recursos e iniciativas que realmente estudem e trabalhem na igualdade de gênero em todos os setores da missão. Segundo o relatório:

A integração de uma perspectiva de gênero é promovida pelas Unidades de Gênero, mas é necessário que todos os componentes da missão integrem uma perspectiva de

---

<sup>55</sup>No original: “*Shobha thinks that, as much as possible, women and men in peacekeeping operations should fulfill the same tasks. She said that it is not a matter of men or women being better at certain tasks than the other gender, but that what is required is a collective effort. Mixed teams can be more successful because they can face and solve a whole array of situations which can lead to more positive outcomes. She cited community patrols as an environment for mixed teams to have a significant impact. She felt that her presence on such patrols made young girls and women feel more comfortable coming forward.*”

<sup>56</sup>No original: “*In DRC where the majority of atrocities were committed by men in armed forces, the presence of women facilitates the communication, the information sharing, and problem solving from the victims. A raped person will feel more confident with a woman rather than a man.*” African woman peacekeeper in MONUC.”

gênero em seu trabalho. O Escritório de Informação Pública da Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI) tem responsabilidade geral pelas atividades de sensibilização de gênero, particularmente iniciativas que envolvem colaboração com a população local. Outros desafios na implementação da Resolução 1325 no nível local incluem dificuldades de se relacionar com associações de mulheres locais, cujo trabalho pode ser muito fragmentado para colaboração ou inclusão em atividades de construção da paz. De acordo com as respostas fornecidas pelos Conselheiros e Pontos Focais de Gênero, existem três fatores que determinam o nível de implementação de diretrizes políticas relativas ao equilíbrio de gênero nas missões de manutenção da paz: a vontade política da alta administração, a disponibilidade de fundos e a disponibilidade de recursos humanos. (INSTRAW, 2010, p. 10, tradução nossa)<sup>57</sup>

Desta maneira, se percebe a existência da masculinidade hegemônica em todas as esferas sociais, inclusive dentro da ONU. Por meio desse argumento, o estabelecimento de iniciativas que realmente trabalhem na igualdade de gênero, incluindo não apenas treinamentos e resoluções, mas também a fiscalização dos mesmos podem ajudar com uma melhora significativa. Ademais, se percebe que essa cultura patriarcal é perpetuada não só por homens, mas também por mulheres que sofrem dessa intimidação masculina. Alchin explicou que essa masculinização “obrigou as mulheres a manter o seu próprio comportamento para serem aceitas por seus colegas homens, ou seja, fazer parte do clube dos meninos, tolerando, se não ativamente, participando de comportamentos altamente sexualizados” (ALCHIN, 2015, p.30)<sup>58</sup>. Ela explica que:

Portanto, homens e mulheres não valorizam qualidades femininas que são úteis e necessárias em operações de manutenção da paz. No final, as mulheres diluem sua feminilidade para se encaixar nesse domínio masculino, derrotando o ponto de adicionar mais mulheres às operações de manutenção da paz por suas qualidades femininas. Este estudo mostra que, em última análise, a correlação entre recrutar mais mulheres e melhorar a segurança humana de cidadãos vulneráveis é nebulosa. Dependendo do contexto em que as forças de paz são destacadas, as mulheres podem exacerbar a insegurança dos locais, da unidade e de si mesmas. (ALCHIN, 2015, p. i-ii, tradução nossa)<sup>59</sup>

<sup>57</sup>No original: “*The mainstreaming of a gender perspective is promoted by the Gender Units, but it is necessary that all of the mission’s components integrate a gender perspective into their work. The Public Information Office (PIO) of UNOCI has overall responsibility for gender sensitization activities, particularly initiatives involving collaboration with local population. Other challenges in implementing Resolution 1325 at the local level include difficulties liaising with local women’s associations, whose work can be too fragmented for collaboration or for inclusion in peacebuilding activities. According to the responses provided by Gender Advisors and Focal Points, there are three factors that determine the level of implementation of policy directives regarding a gender balance inside the peacekeeping missions: the political will of senior management, the availability of funds, the availability of human resources.*”

<sup>58</sup>No original: “*...forced women peacekeepers to adapt their own behaviour in order to be accepted by their male colleagues, in other words be part of the boys’ club, therefore tolerating, if not actively participating in highly sexualized behaviour.*”

<sup>59</sup>No original: “*Therefore, both men and women do not value feminine qualities which are useful and needed in peacekeeping operations. In the end, women dilute their femininity to fit into this male domain, defeating the point of adding more women to peacekeeping operations for their feminine qualities. This study shows that,*

Portanto, é notável a existência de inúmeros desafios que as mulheres possuem nos mais diversos setores existentes e, não é distinto na maior missão de paz da ONU atualmente, a MONUSCO. Além disso, o espaço de agência que as mulheres possuem é caracterizado por sua limitação devido à estrutura hegemônica patriarcal e pela intimidação que essas sofrem por meio da falta de oportunidades e representatividade feminina nas tropas. A fim de buscar soluções para minimizar essa problemática, treinamentos e resoluções não são suficientes quando esses são pensamentos pelo mesmo viés tradicional das relações internacionais. Whitworth, mediante a perspectiva feminista, argumentou sobre o estudo dessas políticas internacionais, segundo ela:

O argumento aqui é que as maneiras pelas quais o gênero está implicado nas questões de segurança internacional são multifacetadas, mas em todas as suas variações, as análises feministas da segurança direcionam nossa atenção para um conjunto muito mais amplo de práticas e preocupações do que as perspectivas mais tradicionais que insistem segurança internacional é um conjunto de práticas neutras em termos de gênero. (WHITWORTH, 2008, p. 114, tradução nossa)<sup>60</sup>

As missões de paz da ONU contribuem consideravelmente para o desenvolvimento dos fatores econômicos, políticos e sociais. Porém, para que essas missões consigam contribuir realmente para toda a população afetada, se deve focar no desenvolvimento dos direitos humanos e igualdade de gênero entre mulheres e homens, não apenas teórico, mas prático. Uma maneira para esse desenvolvimento acontecer é envolver e respeitar os direitos humanos da população local. Segundo Melo:

Para que as missões da ONU possam contribuir para uma mudança cultural na RDC, é necessário, ainda, um conhecimento profundo da sociedade local e que os oficiais da ONU em campo estejam atentos e acessíveis à população, buscando engajá-la e não alijá-la do processo de reconstrução. Além do reforço a programas de treinamento dirigidos aos peacekeepers, é preciso aprimorar a comunicação entre a missão (militares e civis) e a população, aumentando o contato e a sensibilidade dos primeiros em relação a esta. Só assim é possível forjar uma relação de confiança capaz de permitir maior impacto dos programas educacionais e da assistência da ONU na construção de uma cultura de paz no nível doméstico. (REBELO, 2013, p. 91)

Para finalizar, se entende que as missões de paz da ONU são instituídas e criadas por meio de normas e regras tradicionais patriarcais, dificultando a possibilidade do entendimento

---

*ultimately, the correlation between recruiting more women and improving the human security of vulnerable citizens is hazy. Depending on the context in which peacekeepers are deployed, women peacekeepers may exacerbate the insecurity of the locals, the unit, and themselves.”*

<sup>60</sup>No original: “*The argument here has been that the ways in which gender is implicated in questions of international security are multifaceted, but in all of its variations, feminist analyses of security direct our attention to a much broader set of practices and concerns than more traditional perspectives which insist international security is a gender-neutral set of practices.”*

pelo viés feminino dessas estruturas e suas possíveis soluções. Sendo assim, buscar a representatividade das mulheres nessas dinâmicas não é suficiente, como percebido nesses longos anos de atuação das missões de paz. A reconstrução e reformulação dessas normas e regras pelo viés feminista seria uma alternativa para combater a desigualdade e, finalmente, contribuir para que mulheres tenham o mesmo espaço de agência e segurança que homens, respeito e desenvolvimento dos direitos humanos nas missões. Melo escreve que “é precondição para o sucesso das operações de paz, forjar uma cultura de direitos humanos em um país que os próprios peacekeepers ajam em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos” (MELO, 2010, p.91).

#### **4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO**

O presente estudo buscou analisar a missão de paz MONUC/MONUSCO relacionada às mulheres gestoras apresentando seus pontos positivos, pontos negativos e os limites do espaço de agência dessas mulheres. Portanto, se percebe por meio da análise gráfica das missões de paz, especialmente na MONUSCO, o impacto positivo da missão com o aumento da representatividade das mulheres frente a diferentes setores e funções nas operações. Entretanto, ao mesmo tempo, a missão contribuiu para inúmeros aspectos negativos com enfoque ao baixo número de mulheres gestoras comparado com o efetivo masculino, a falta de efetividade de treinamentos sobre igualdade de gênero e o assédio sexual por parte dos colegas masculinos. Para finalizar, o espaço de agência que essas mulheres possuem é limitado desde o constrangimento e intimidação masculina, até os cargos de gestão, efetividade da fiscalização, das normas e treinamentos que ainda não são suficientes para criar um ambiente mais igualitário. Logo, as mulheres gestoras possuem esse espaço limitado novamente pela estrutura patriarcal tradicional. Assim, uma possível solução seria a reconstrução e reformulação de normas e regras pelo viés feminino, rompendo com os padrões desiguais pré-estabelecidos nas relações internacionais e, contribuindo para que mulheres tenham o mesmo espaço de agência e segurança que homens.

## 5. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou estudar o caso da maior missão de paz da ONU, a MONUC/MONUSCO, instaurada em 30 de novembro de 1999 e presente até os dias de hoje na República Democrática do Congo, com o intuito de compreender a agência das mulheres em missões de paz. O papel de agência estudado situou-se sobre duas diretrizes. A primeira diretriz retratou o espaço de agência que as mulheres locais (tidas como objetos das missões de paz) possuem frente a missão, ou seja, como essas se articulam e dão respostas frente ao processo. A segunda diretriz diz respeito ao papel de agência que as mulheres gestoras (tidas como sujeitos) possuem na missão, ou seja, a representatividade e participação efetiva destas na criação de normas, treinamentos e cargos nas tropas. Ademais, vinculado ao papel das mulheres e igualdade de gênero, o estudo buscou trazer reflexões sobre o desenvolvimento da segurança internacional contemporânea ao longo dos anos, e como o gênero se relaciona com essa segurança e com as missões de paz da ONU. Por conseguinte, essa conclusão apresentará uma explicação breve de cada capítulo, o problema analisado, o teste da hipótese testada e, por fim, realizará uma comparação do espaço de agência entre as mulheres gestoras e locais.

O primeiro capítulo buscou analisar a evolução da segurança internacional contemporânea e das missões de paz e como essas se relacionam com o papel do gênero e das mulheres no nível estatal e internacional. Assim, foi feita uma análise da evolução da segurança internacional nos períodos de Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria e pós-Guerra Fria. Nesse contexto, se percebe que a segurança entre os Estados se adaptou ao sistema internacional de acordo com as necessidades presentes. Portanto, em primeiro momento a segurança estava relacionada ao poderio militar-econômico, porque os Estados possuíam como interesses nacionais o domínio territorial e a soberania estatal frente ao sistema internacional. Posteriormente, a segurança evolui para o período em que os Estados se alinhavam às principais potências hegemônicas do período bipolar com o objetivo de proteção e ajuda entre os países, começando a permitir a intervenção em ajuda humanitária por meio das missões de paz. Atualmente, a segurança internacional e as missões de paz abarcam os aspectos multidimensionais dos Estados, principalmente, devido à interdependência e aspectos comuns de debate internacional como a proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Ademais, o capítulo buscou analisar como a segurança internacional evoluiu em relação ao papel do gênero e da mulher nos Estados e na própria ONU. Para explicar essa relação, se utilizou dos pensamentos e teorias feministas, principalmente, a vertente liberal influenciada por perspectivas pós-coloniais<sup>61</sup>. Essas teorias demonstraram que a visibilidade do papel da mulher foi tardia devido aos estudos tradicionais e hegemônicos dos Estados e segurança internacional, os quais não inseriram a percepção do gênero no debate dessas relações. Somente na década de 1990, se iniciou o processo de reformulação na forma de pensar a política e segurança internacional sob o viés da igualdade de gênero. Entretanto, a suposta evolução dos debates de gênero e a criação de resoluções e normas que integrassem as mulheres na segurança internacional é limitada, demonstrando a incapacidade dos Estados estabeleceram políticas igualitárias efetivas. Por fim, o capítulo buscou analisar como as missões de paz integram e interagem com a questão do gênero e da mulher. Assim, se observou que as missões de paz ainda precisam evoluir muito no que tange à proteção da mulher e sua representatividade. Se investigou que as missões possuem dois desdobramentos negativos principais. O primeiro deles trata sobre as mulheres locais (tidas como objetos da missão) e o segundo sobre as mulheres gestoras (na posição de sujeitos da missão). A partir disso, se percebeu que as missões e seus militares masculinos desrespeitam os direitos humanos das mulheres locais, principalmente, relacionados à exploração e abuso sexual. Os mesmos militares criam ambientes de intimidação e assédio às mulheres gestoras, pois essas não possuem as mesmas oportunidades, representatividade e segurança.

O segundo capítulo teve como objetivo analisar a missão de paz MONUC/MONUSCO e como essa se relaciona com as mulheres locais. Primeiramente, buscou analisar os impactos positivos que essa missão trouxe à comunidade afetada e, por meio de indicadores como IDH, PIB, índice de GINI e relatórios oficiais, se percebeu a recuperação do desenvolvimento econômico, político e social da região. Por conseguinte, analisou-se o impacto negativo da missão frente as mulheres locais, retratando inúmeras notícias e documentos que afirmam o abuso e exploração feminina por parte dos militares masculinos. A desigualdade de gênero persiste nas missões, porque mulheres e homens sempre ocuparam um lugar historicamente diferente na estrutura social devido a uma cultura hegemônica masculina, a qual permite a criação de uma identidade de soldado com

---

<sup>61</sup>A vertente feminista liberal discute que a igualdade de mulheres e homens pode ser possibilitada pela reconstrução e reformulação política e legal na sociedade. As perspectivas pós-coloniais discutem temas de países de terceiro mundo, como os Estados africanos.

características apenas masculinas e que inferioriza o papel feminino. Portanto, mesmo com a institucionalização de resoluções e iniciativas que incluem a questão de gênero e igualdade entre mulheres e homens, principalmente nas zonas de conflito, ainda persistem os números crescentes de assédios e abusos cometidos pelos militares e a falta de treinamentos sobre as questões de gênero. Para finalizar, se buscou analisar a real agência das mulheres locais e sua capacidade de responder e influenciar na criação de medidas que prezam por pela liberdade e dignidade. Por meio de mídias virtuais, documentos e artigos, se observou como essas mulheres estão se organizando historicamente para representar suas vozes. É notável a importância da participação de mulheres locais na tomada de decisão e implementação de leis e projetos que buscam reafirmar a igualdade de gênero e exigir soluções de melhorias efetivas.

O terceiro capítulo teve como objetivo analisar a missão de paz MONUC/MONUSCO e como essa se relaciona com as mulheres gestoras. Em primeiro momento, essa análise foi feita mediante a observação dos impactos positivos da missão, logo, sua contribuição em inserir a mulher e a igualdade do gênero na missão. Analisou-se o aumento da representatividade feminina por meio de dados quantitativos sobre seus setores e funções nas missões, e resoluções e iniciativas da ONU, especificamente na MONUSCO. Entretanto, também foi discutido o impacto negativo das missões, principalmente, no que fere a liberdade de expressão e direitos dessas mulheres frente aos efetivos. Essa problemática pode ser explicada pela desigualdade de representatividade feminina frente a masculina nas tropas pacificadoras, ultrapassando todos os setores e funções das missões. Logo, se percebe que, mesmo com políticas, normas e treinamentos sobre igualdade de gênero, não acontece na prática. Para concluir, se buscou pelo entendimento, não apenas teórico, mas real do espaço de agência dessas mulheres. Observou-se que as mulheres possuem um papel fundamental no desenvolvimento das missões de paz, pois ajudam a contribuir com a integração, pacificação e empoderamento da comunidade feminina local. Não obstante, percebeu-se que as mulheres gestoras têm seu espaço de agência limitado pela hegemonia masculina na estrutura de cargos da ONU e das missões de paz e, pela intimidação e assédio para fazer parte da missão e adquirir comportamentos culturalmente pré-determinados por parte dos colegas masculinos.

Assim sendo, o estudo demonstra que a estrutura patriarcal limita o espaço de agência das mulheres gestoras e locais devido a manutenção de normas e regras tradicionais hegemônicas nas relações internacionais. As inúmeras iniciativas e resoluções da ONU que

insiram a igualdade de gênero, por meio da representatividade e participação, infelizmente, deixam a desejar em seu real cumprimento. Portanto, uma possível solução, segundo as vertentes feministas, seria reestruturar as normas sob a percepção do gênero, pois se criaria um diálogo entre todas as partes envolvidas abrindo oportunidades para o aumento da igualdade e respeito a mulher. Porém, é fundamental entender que o espaço de agência e reestruturações devem ser feitas de maneira individual, ou seja, deve ser analisado o contexto e as oportunidades das mulheres gestoras diferente das mulheres locais, e vice-versa. Pois, mesmo que ambas sofram com limites em seu espaço de atuação, as mulheres gestoras possuem mais autonomia frente às mulheres locais, logo, espaços de agência diferentes.

Segundo o estudo, isso pode ser explicado por meio da compreensão de que as mulheres locais estão em vulnerabilidade e pobreza extrema na região afetada, por isso, muitas vezes, estão sujeitas a inúmeras crueldades e não se veem como agentes para cobrar e fazer cumprir seus direitos. Entretanto, as mulheres gestoras, frequentemente, possuem mais abertura pela busca de direitos e igualdade, pois vieram de um contexto social totalmente diferente. As mulheres gestoras possuem importante papel na participação das missões, pois contribuem para a proteção, segurança e empoderamento das mulheres locais. As mulheres locais, nessa situação de vulnerabilidade, não se vêem como agentes de mudança, pois o dito normal seria observar homens em posições de liderança/dominação, sejam locais e nacionais. Por isso, é notável a existência de representatividade e agência diferente nessa comparação de mulheres agentes e objetos, assim, se deve analisar minuciosamente cada caso em particular para se criar soluções reais e efetivas.

Para finalizar, o estudo utilizou diversos documentos, notícias e referências bibliográficas que abordam a temática do gênero e a luta pela igualdade de gênero frente a diferentes crueldades sofridas pelas mulheres nas missões de paz. Entretanto, por ser considerado um tema novo nas relações internacionais, ainda há escassez de estudos específicos sobre como trabalhar efetivamente o gênero dentro de instituições e organizações nacionais e internacionais. A maior parte das informações advém diretamente dos estudos feministas, mas ainda deixa a desejar na quantidade de conteúdos que devem ser estudados e testados. Por exemplo, a grande maioria dos estudos sobre gênero e missões de paz retrata apenas as normativas e números dos efetivos militares e policiais presentes. Não analisa seu real impacto para a população local e para o próprio efetivo, tampoco analisa a fiscalização dessas normas e soluções de melhora na região afetada.

Portanto, para ocorrer a real vivência da tão sonhada igualdade de gênero em todos os âmbitos sociais, principalmente na ONU e nas missões, se deve estabelecer políticas públicas que realmente se façam cumprir por meio de uma fiscalização rígida e eficaz. A luta feminista marcou o início da busca pela reformulação de políticas igualitárias e trouxe a esperança de que as mulheres teriam as mesmas oportunidades que os homens. Entretanto, ainda hoje há extrema desigualdade de gênero, representada em todas as esferas sociais, políticas e culturais. A reformulação na estrutura patriarcal hegemônica deve ser feita pelo viés feminista, por meio do trabalho de mulheres se deve ouvir e estudar a representatividade, os comportamentos, as ações e o papel da mulher na sociedade e no mundo. Assim, teremos mais mulheres gestoras que irão contribuir para a segurança e empoderamento das mulheres locais e, por consequência, para a criação e manutenção de estruturas pacíficas duradouras locais nas regiões afetadas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros, Artigos, Teses e Dissertações

- AKONOR, Kwame. **UN Peacekeeping in Africa: A Critical Examination and Recommendations for Improvement**, Editora Springer, 2017.
- ALCHIN, Angela. **Are Women Making a Difference in Peacekeeping Operations ? Considering the Voices of South African Women Peacekeepers**, Stellenbosch University, 2015.
- ALCHIN, Angela; GOUWS, Amanda; HEINECKEN, Lindy. **Making a difference in peacekeeping operations: Voices of South African women peacekeepers**, African Security Review, p. 1-19, 2017.
- AOI, Chiyuki; CONING, Cedric; THAKUR, Ramesh. **Unintended Consequences of Peacekeeping Operations**, United Nations University Press, 2007.
- AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System**, Lynne Rienner Publishers, Boulder, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **Produto Interno Bruto**. Disponível em <<https://tradingeconomics.com/congo/gdp>>. Acesso: 21/08/2019.
- BANCO MUNDIAL. **Índice de GINI**. Disponível em <<https://tradingeconomics.com/congo/gini-index-wb-data.html>>. Acesso: 21/08/2019.
- BBC. British Broadcasting Corporation. **Sex band on DR Congo peacekeepers**. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/4252405.stm>>. Acesso: 05/04/2018.
- BORGES, André. **Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica, n. 63, p. 46-59, 2007.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**, Cambridge University Press, New York, 2009.
- CARRIGAN, Tim; CONNELL, Bob; LEE, John. **Theory and Society**, v. 14, n. 5, p. 551-604, 1985.
- CASTELLANO, Igor. **Congo, A Guerra Mundial Africana: Conflitos Armados, Construção do Estado e Alternativas para Paz**, Editora Leitura XXI / CEBRAFRICA, 1<sup>a</sup> edição, Porto Alegre, 2012.
- CASTELLANO, Igor. **The African Way of Warfare and Its Challenge to the South Atlantic Security**. In: Érico Esteves Duarte; Manuel Correia de Barros. **Maritime Security Challenges in the South Atlantic**. Editora Springer International Publishing, v. 1, p. 155-192, 2019.
- COCKBURN, Cynthia. **Anti-militarism: Political and Gender Dynamics of Peace Movements**, Editora PALGRAVE MACMILLAN, Londres, 2012.

- CORNWALL, Andrea; LINDISFARNE, Nancy. **Dislocating Masculinity: Comparative Ethnographies**, Editora Routledge, Londres, 1994.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches, and bases: making feminist sense of international politics**, University of California Press, 1989.
- ESTEVES, Paulo. In: CEPIK, Marco. **Segurança Internacional: práticas, tendências e conceitos**, Editora HUCITEC, São Paulo, 2010.
- FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de Manutenção da Paz da ONU: De que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2013.
- FONTOURA, Natalia. **Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU**, PUC Rio, p. 20–62, 2008.
- GLOWEE, Leymah; with MITHERS, Carol. **Guerreiras da paz: Como a solidariedade, a fé e o sexo mudaram uma nação em guerra**, Editora Schwarcz S.A. São Paulo, 2011.
- GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration**, Polity Press, Cambridge, Oxford, 1984.
- GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer. **Sites of Violence: Gender and Conflict Zones**, University of California Press, 2004.
- KARIM, Sabrina; BEARDSLEY, Kyle. **Equal Opportunity Peacekeeping: Women, Peace, and Security in Post-Conflict States**, Oxford University Press, 2017.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MELO, Raquel. **Direitos Humanos e as Operações de Paz Multidimensionais: Um Estudo de Caso da MONUC**, Carta Internacional, p. 78–96, 2010.
- MURDIE, Amanda; DAVIS, David. **Problematic Potential: The Human Rights Consequences of Peacekeeping Interventions in Civil Wars**, The Johns Hopkins University Press, Human Rights Quarterly, v. 32, p. 49–72, 2010.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**, Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2005.
- PATEMAN, Carole. **The sexual contract**, Policy Press, Cambridge, Oxford, 1988.
- REBELO, Tamya. **O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios**, Revista Estudos Femininos, Universidade de São Paulo, p. 817–837, 2013.
- RUDZIT, Gunther. **O debate teórico em segurança internacional: Mudanças frente ao terrorismo?** Revista de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, vol. 5, núm. 2, p. 297-323, 2005.
- SATO, Eiiti. **A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções**. Revista Brasileira de Política Internacional, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais de Brasília, vol. 43, núm. 1, p. 138-169, 2000.

- TICKNER, Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**, Columbia University Press, New York, 1992.
- TICKNER, Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post–Cold War Era**, Columbia University Press, New York, 2001.
- VAZQUEZ, Karin. **A legitimidade das intervenções armadas coercitivas**, Universidade de Brasília, 2007.
- VILLA, Rafael. **A Segurança Global Multidimensional**, Universidade Federal do Paraná, Lua Nova, n.46, p. 99-118, 1999.
- WENDT, Alexander. **The Agent-Structure Problem in International Relations Theory**, International Organization, Vol. 41, p. 335-370, 1987.
- WHITWORTH, Sandra. **Militarized Masculinity and Post Traumatic Stress Disorder**, Rethinking the Woman Question in International Relations, London: Zed Books, p. 109–126, 2008.
- WHITWORTH, Sandra. In: WILLIAMS, Paul. **Security Studies: An Introduction**, Editora Routledge, 2008.
- WILLIAMS, Paul. **Operações de Paz em África : Lições Aprendidas Desde o Ano 2000**, Centro de estudos estratégicos de África, n.25, p. 1–8, 2013.

### **Documentos, Relatórios e Resoluções**

- A/RES/47/226. **Resolution Adopted by the General Assembly [on the report of the Fifth Committee (A/47/708/Add.2)] 47/226. Personnel questions**. United Nations, 30 April 1993.
- A/47/277. **Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992**. United Nations, 17 June 1992.
- A/55/305-S/2000/809. **Identical letters dated 21 August 2000 from the Secretary-General to the President of the General Assembly and the President of the Security Council**. United Nations, 21 August 2000.
- A/59/710. **Letter dated 24 March 2005 from the Secretary-General to the President of the General Assembly**. United Nations, 24 March 2005.
- A/59/661. **Investigation by the Office of Internal Oversight Services into allegations of sexual exploitation and abuse in the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo**. United Nations, 5 January 2005.
- A/70/95-S/2015/446. **Identical letters dated 17 June 2015 from the Secretary-General addressed to the President of the General Assembly and the President of the Security Council**. United Nations, 17 June 2015.

**CEDAW. Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. Adopted and opened for signature, ratification and accession by General Assembly resolution 34/180 of 18 December 1979.** United Nations, 18 December 1979.

CIA. Central Intelligence Agency. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cg.html>>. Acesso: 23/08/2019.

DPKO/DFS. Department of Peace Operations/Department of Field Support. **Guideline Integrating a Gender Perspective Into the Work of the United Nations Military in Peacekeeping Operations**, New York, 2010.

IMPACT. **Women in Democratic Republic of Congo Create Network to Empower Women in Mining Communities.** Disponível em <<https://impacttransform.org/en/women-in-democratic-republic-of-congo-create-network-to-empower-women-in-mining-communities/>>. Acesso: 09/09/2019.

INSTRAW. International Research and Training Institute for the Advancement of Women. **Women with a Blue Helmet: The Integration of Women and Gender Issues in UN Peacekeeping Missions**, República Dominicana, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Aids / HIV: o que é, causas, sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção.** Disponível em <<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/aids-hiv>>. Acesso: 27/08/2019.

MONUSCO. Missão Estabilizadora das Nações Unidas na República Democrática do Congo. **Timeline.** Disponível em: <<https://monusco.unmissions.org/en/timeline>>. Acesso: 21/08/2019.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Mundo tem 40 milhões de pessoas na escravidão moderna e 152 milhões de crianças no trabalho infantil.** Disponível em <[http://www.ilo.org/brasil/noticias/WCMS\\_575482/lang--pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasil/noticias/WCMS_575482/lang--pt/index.htm)>. Acesso: 19/05/2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. Division for the Advancement of Women, **The role of women in United Nations peace-keeping**, 1995.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Gender.** Disponível em <<https://peacekeeping.un.org/en/gender>>. Acesso: 01/10/2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Data Troop and police contributions.** Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/data-troop-and-police-contributions>>. Acesso: 01/10/2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **MONUSCO Fact Sheet.** Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/monusco>>. Acesso: 01/10/2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **A ONU e as mulheres.** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>>. Acesso: 28/05/2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Banco Mundial**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>>. Acesso: 21/08/2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Acusações de Exploração e Abuso Sexual**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/onu-recebeu-259-acusacoes-de-exploracao-e-abuso-sexual-em-2018/>>. Acesso: 28/08/2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **ONU conta história das Missões de Manutenção de Paz, que completam 68 anos**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/onu-conta-a-historia-missoes-de-manutencao-de-paz-que-completa-68-ano-s-de-existencia/>>. Acesso: 10/05/2018.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human Development Report 1994**, Oxford: Oxford University Press, 1994.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human Development Reports**. Disponível em <<http://hdr.undp.org>>. Acesso: 21/08/2019.

**S/RES/1279. Adopted by the Security Council at its 4076th meeting, on 30 November 1999.** United Nations, 30 November 1999.

**S/RES/1325. Adopted by the Security Council at its 4213th meeting, on 31 October 2000.** United Nations, 31 October 2000.

**S/RES/1820. Adopted by the Security Council at its 5916th meeting, on 19 June 2008.** United Nations, 19 June 2008.

**S/RES/1888. Adopted by the Security Council at its 6195th meeting, on 30 September 2009.** United Nations, 30 September 2009.

**S/RES/1889. Adopted by the Security Council at its 6196th meeting, on 5 October 2009.** United Nations, 5 October 2009.

**S/RES/1925. Adopted by the Security Council at its 6324th meeting, on 28 May 2010.** United Nations, 28 May 2010.

**S/RES/1960. Adopted by the Security Council at its 6453rd meeting, on 16 December 2010.** United Nations, 16 December 2010.

**S/RES/2106. Adopted by the Security Council at its 6984th meeting, on 24 June 2013.** United Nations, 24 June 2013.

**S/RES/2242. Adopted by the Security Council at its 7533rd meeting, on 13 October 2015.** United Nations, 13 October 2015.

**S/2017/824. Report of the Secretary-General on the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo.** United Nations, 2 October 2017.

**S/2019/280. Conflict-related sexual violence Report of the Secretary-General.** United Nations, 29 March 2019.

ST/SGB/2003/13. **Secretary-General's Bulletin Special Measures for Protection from Sexual Exploitation and Sexual Abuse.** United Nations, 9 October 2003.

SADC. Southern African Development Community. **Gender and Development, A declaration by Heads of State or Government of Southern African Development Community**, Malawi, 1997.

SADC. Southern African Development Community. **SADC Protocol on Gender and Development**, África do Sul, 2008.

TRÓCAIRE. Development Agency of the Catholic Church in Ireland. **Promoting gender equality in DRC with Swedish funding.** Disponível em <<https://www.trocaire.org/news/promoting-gender-equality-drc-sida>>. Acesso: 09/09/2019.

TRÓCAIRE. Development Agency of the Catholic Church in Ireland. **Building hope and opportunities for women in DRC.** Disponível em <<https://www.trocaire.org/news/building-hope-women-drc>>. Acesso: 09/09/2019.

WIKIPÉDIA. A Enclopédia Livre. **Listas das Missões de Paz das Nações Unidas.** Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_das\\_miss%C3%B5es\\_de\\_manuten%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_paz\\_das\\_Na%C3%A7%C3%A7%C3%B5es\\_Unidas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_das_miss%C3%B5es_de_manuten%C3%A7%C3%A3o_da_paz_das_Na%C3%A7%C3%A7%C3%B5es_Unidas)>. Acesso: 22/07/2018.

WIKIPÉDIA. A Enclopédia Livre. **Produto Interno Bruto.** Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Produto\\_interno\\_bruto](https://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto)>. Acesso: 21/08/2019.

WOLFFENBÜTTEL, Andrea. **O que é? Índice de Gini.** Ano 1. Edição 4, Brasília, 2004. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23)>. Acesso: 21/08/2019.